



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 113

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao disposto no art. 62, § 3º da Constituição, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às 21 horas e 30 minutos do dia 20 de setembro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, conhecerem os vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

1º Nº 72-67 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUPENT ou SUDAM. (veto total.)

2º nº 4.866-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e das outras providências. (veto parcial.)

3º nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966. (veto total.)

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 19 de setembro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

#### CRDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7-67 (CN), que institui a Duplicata Fiscoal.

#### MENSAGEM

Nº 9, de 1967 (CN)

Nº 615-67, NA ORIGEM

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do art. 54 da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o anexo projeto de lei que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

Brasília, em 12 de setembro de 1967  
— A. Costa e Silva.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 167

Em 1 de setembro de 1967

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe sobre o sistema de leilões de mercadorias estrangeiras realizados pelas repartições aduaneiras.

O que se reclama a sistema ora proposto são medidas que visam a cautelas especiais para o controle dos produtos arrematados nos leilões acima referidos, evitando, assim, o conflito entre licitantes, para obtenção das mercadorias a preços baixos bem como a participação de empresas ou firmas que não sejam importadoras registradas e de comerciantes estabelecidos há menos de três anos, sendo que, em qualquer dos casos, deve ser exigida a prova de não terem no biênio anterior à realização do leilão sofrido condenação por importação ilícita ou trânsito irregular de mercadorias estrangeiras.

o local, dia e hora da realização do leilão em primeira, segunda e terceira praças, determinando as mercadorias que serão oferecidas à licitação.

Vale salientar, por outro lado, que as normas sugeridas a Vossa Excelência já constam de legislação pertinente ao imposto sobre produtos industrializados, as quais têm de preencher uma lacuna existente no processamento dos leilões aduaneiros, servindo para uniformizar a matéria aqui tratada.

Alteração 2ª — Acrescentem-se ao artigo 67 os seguintes parágrafos:  
“§ 1º As mercadorias que não puderem ser identificadas por sua numeração, referência ou marca, serão numeradas com carimbo especial, do qual constem o nome da repartição que realizar o leilão e a data de sua realização.”

“§ 2º As mercadorias que não puderem, por sua natureza, receber o carimbo, terão a sua venda em leilão cercada de cautelas especiais, determinadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.”

#### PROJETO DE LEI Nº 9, de 1967 (CN)

Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1965 (Reorganização dos Serviços Aduaneiros), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — Acrescente-se ao artigo 63 o seguinte:

“§ 4º Será publicado no órgão oficial ou, na falta deste, no órgão local de maior circulação, ou, ainda, afixado na repartição, edital marcando

o local, dia e hora da realização do leilão em primeira, segunda e terceira praças, determinando as mercadorias que serão oferecidas à licitação.”

“§ 5º O edital será publicado ou afixado com a antecedência mínima de oito dias da realização do leilão, e dele constarão as condições, exigências e sanções previstas, podendo ser noticiado o evento através de nota à imprensa local.”

“§ 6º As mercadorias que não puderem, por sua natureza, receber o carimbo, terão a sua venda em leilão cercada de cautelas especiais, determinadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.”

“§ 7º A repartição registrará as mercadorias arrematadas no livro próprio e entregará aos arrematantes a nota do leilão, da qual constarão a discriminação da mercadoria, a matéria de sua constituição, marca, número de fábrica e formato, de modo a permitir, em qualquer tempo, a sua perfeita identificação.”

“§ 8º O arrematante do produto estrangeiro escriturará o livro a ser criado de acordo com as normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.”

Alteração 3ª — Renumerado o atual parágrafo único do artigo 68 para 3º, acrescentem-se a este artigo os seguintes parágrafos:

“§ 1º As mercadorias serão entregues ao licitante que maior lance oferecer, as quais também não serão transmitidas nem consideradas arrematadas se o maior lance oferecido não atingir o preço da avaliação, na primeira praça, ou 85% (oitenta e cinco por cento) e 70% (setenta por cento) daquele preço, respectivamente, na segunda e terceira praças.”

“§ 2º Se não houver licitante em nenhuma das praças ou quando as ofertas da terceira forem inferiores a 70% (setenta por cento) do preço da avaliação, o chefe da repartição exporá o caso ao Departamento de Rendas Aduaneiras, para que o resolva com o for mais conveniente ao interesse da Fazenda Nacional, inclusive determinando que o leilão se efetue em outra repartição aduaneira.”

Alteração 4ª — O artigo 70 é substituído pelo seguinte:

“Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores registrados e os comerciantes estabelecidos há mais de três anos, registrados no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda, exigida, em qualquer dos casos, a prova de não terem no biênio anterior à realização do leilão sofrido condenação definitiva ou em grau de recursos, por importação ilícita ou trânsito irregular de mercadorias estrangeiras.”

Alteração 5ª — O § 1º do artigo 70, passa a ter a seguinte redação:

“A prova da condição de importador ou comerciante e a dos antecedentes fiscais será feita antes de realizado o leilão e consistirá na apresentação de certidão expedida nos três meses anteriores, pela repartição

ção competente do domicílio do arrematante."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Brasília, 1967.

### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 37 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

#### TÍTULO I

#### Imposto de Importação

##### CAPÍTULO I

##### Incidência

Art. 1º .....

##### CAPÍTULO V

##### Leilões

Art. 63. Será vendida em leilão realizado pela repartição aduaneira, na forma do regulamento:

a) a mercadoria abandonada, nos termos do art. 58, se não for despachada no prazo que o regulamento fixar;

b) a mercadoria a cujo proprietário tenha sido aplicada a pena de perda.

§ 1º A venda será determinada pelo Chefe da repartição aduaneira, depois de findo administrativamente o processo fiscal.

§ 2º Poderá ser vendida a qualquer tempo a mercadoria perecível e a suscetível de danos causados por agentes externos.

§ 3º Sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo anterior, o produto da venda ficará em depósito até decisão final.

Art. 64. ....

Art. 67. A arrematação, mesmo depois de concluída, não se consumará quando se verificar divergência entre a bolsa arrematada e a anunciada e apreçada.

Art. 68. O arrematante depositará, como sinal, no ato, da arrematação, 20% do valor desta, e, dentro de 8 (oito) dias, pagará a parte restante, sob pena de anulação da praça e perda do sinal.

Parágrafo único. Integralizado o pagamento, o arrematante se sub-roga nos direitos e obrigações do importador.

Art. 69. ....

Art. 70. Nos leilões aduaneiros somente são admitidas a licitar as firmas e sociedades registradas no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em quantidade sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, são proibidos de licitar os funcionários públicos em exercício em repartição aduaneira, outras pessoas diretamente interessadas na ação fiscal, bem como despachantes aduaneiros, corretores de navios, seus ajudantes e prepostos.

Art. 71. ....

Art. 178. Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1967, salvo quanto às disposições que dependam de regulamentação, cuja vigência será fixada no regulamento.

Brasília, 18 de novembro de 1966, 145º da Independência e 78ª da República. — H. Castello Branco — Octávio Bulhões.

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Congresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao PLC 62-67 (nº 72-B-67, na Câmara), que "revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências".*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 1967.

As quinze horas do dia oito de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Manoel Vilça e José Ermírio e os Senhores Deputados Flaviano Ribeiro e Paulo Maciel, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1967 (nº 72-B-67, na Câmara de origem), que "revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências".

Em obediência ao preceito regimental, assume a Presidência o Senhor Senador José Ermírio que, declarando instalada a Comissão, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 22 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado Flaviano Ribeiro para Escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Flaviano Ribeiro — 3 votos;

Deputado Flaviano Ribeiro — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Flaviano Ribeiro — 1 voto;

Senador Wilson Gonçalves — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Senhor Senador José Ermírio Relator da matéria afeta à Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

*Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao PLC 62-67 (nº 72-B-67, na Câmara), que "revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências".*

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 1967.

As quinze horas do dia onze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Chagas Rodrigues, presentes os Se-

nhores Senadores Wilson Gonçalves, Manoel Vilça e José Ermírio e os Senhores Deputados Flaviano Ribeiro e Paulo Maciel, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1967 (nº 72-B-67, na Câmara de origem), que "revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências".

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermírio que, na qualidade de Relator, tece considerações sobre a origem e tramitação da matéria, bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Não mais havendo quem deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declara em votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### RELATÓRIO Nº 41, DE 1967

*Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1967 (nº 72-B-67, na Câmara), que revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869 de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste), e dá outras providências.*

Relator: Senador José Ermírio

O Sr. Presidente da República, pela Mensagem nº 586, de 21 de agosto de 1967 (nº 412, de 29.8.67, no Senado), comunicou que, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição Federal, negou sanção, por julgá-lo contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei da Câmara número 72-67 (no Senado nº 62-67), que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da importação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou ... SUDAM.

#### Origem e Tramitação do Projeto Vetado

O Projeto é originário do próprio Poder Executivo, que o encaminhou, pela Mensagem nº 341-67.

Em seu texto primitivo, objetivava revogar o art. 28 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, que aprova a terceira etapa do Plano Diretor da SUDENE, determinando que o aumento de capital resultante de incorporação de reservas ou de reavaliação do ativo de empresas industriais e agrícolas, localizadas na área de

atuação da SUDENE, fica isento de quaisquer impostos e taxas federais, desde que realizado até 31 de dezembro de 1968.

Complementando esta disposição geral, o projeto estabelece que as firmas ou sociedades, para conseguirem os favores da isenção daqueles impostos, poderão corrigir o registro contábil do valor original dos bens de seu ativo imobilizado.

A Exposição de Motivos nº 102, de 5.4.67 do Sr. Ministro para a Coordenação dos Organismos Regionais justifica a iniciativa governamental.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

No Senado Federal, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda, estendendo, por equidade, à Região Amazônica servida pela SUDAM, os favores fiscais concedidos pelo projeto aos Estados do Nordeste superintendidos pela SUDENE.

Em Plenário, foi oferecida e posteriormente aprovada pelas duas Casas do Congresso, emenda de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, a qual passou a constituir o texto final do Projeto enviado à sanção.

O Projeto tem a seguinte redação:

"O aumento de capital resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) ou da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), ficará isento de quaisquer impostos e taxas federais desde que realizado até 31 de dezembro de 1970, observado, no que couber, o art. 83 e seus parágrafos da Lei nº 3.470, de 23 de novembro de 1958".

Justificando a emenda, seu autor salienta que o projeto original do Governo, concede isenção já existente, com o inconveniente de a restringir no tempo.

Ocorre ainda que, se aprovada a proposição, nos termos em que foi proposta, enquanto todas as empresas privadas do País gozariam da isenção do imposto de renda, quando da incorporação ao respectivo capital do resultado da correção monetária as empresas industriais e agrícolas da área da SUDENE só poderiam usufruir esta isenção até 31 de dezembro de 1968.

Segundo, ainda, o eminente autor da emenda, sua proposição tem o mérito de produzir os seguintes efeitos: a) aplica o benefício às empresas industriais e agrícolas tanto do Nordeste como da Amazônia; b) estende, para 31 de dezembro de 1970, o prazo c) estende a regalia fiscal aos "Lucros suspensos", guardando conformidade com o disposto no art. 286, do Regulamento do Imposto de Renda em vigor.

### AS RAZÕES DO VETO

O veto total foi oposto dentro do prazo constitucional, sob as seguintes alegações:

"A maioria das empresas localizadas na referida área já goza de isenção do imposto de renda, não se justificando mais uma isenção de imposto que, em última análise, seria de responsabilidade das pessoas físicas beneficiadas com os lucros e reinvestimentos.

Além disso, a medida importa em redução de arrecadação, com prejuízos para o erário público".

### CONCLUSÃO

De conformidade com as informações contidas no presente Relatório, esta Comissão Mista julga haver fornecido dados elucidativos bastantes para o pronunciamento, pelo Congresso Nacional, sobre o presente ve-

to total ao Projeto de Lei nº 72-67 na Câmara e nº 62-67, no Senado.  
Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1967. — *Chagas Rodrigues*, Presidente — *José Ermirio*, Relator — *Wilson Gonçalves* — *Manoel Vilado* — *Flávio Ribeiro* — *Paulo Maciel*.

### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao PLC 109-64 (nº 4.866-B-62 na Câmara), que "cria na Justiça do Trabalho da 3ª Região uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências".*

ATA DA 1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 1967.

As deztoito horas do dia oito de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Srs. Senadores Moura Palha, Menezes Pimentel e Bezerra Neto e os Srs. Deputados Ultimo de Carvalho, Carneiro de Loyola e João Hercúlio, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 109 de 1964 (nº 4.866-B-62, na Casa de origem), que "cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências".

Em obediência ao preceito regimental, assume a Presidência o Sr. Deputado Ultimo de Carvalho que, declarando instalada a Comissão, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, através de escrutínio secreto por cédula uninominal, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando para Escrutinador o Sr. Deputado Carneiro de Loyola.

Encerrada a votação apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:  
Senador Menezes Pimentel ... 5 votos  
Deputado João Hercúlio ... 1 voto

Para Vice-Presidente:  
Deputado João Hercúlio ... 5 votos  
Senador Bezerra Neto ... 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Sr. Senador Bezerra Neto para funcionar como Relator da matéria afeta à Comissão.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 1967

As deztoito horas do dia onze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, presentes os Srs. Senadores Moura Palha e Bezerra Neto e os Srs. Deputado Ultimo de Carvalho, Carneiro de Loyola e João Hercúlio, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1964 (nº 4.866-B-62, na Casa de origem), que "cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências".

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Bezerra Neto que na qualidade de Relator, tece considerações sobre a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declara em votação o Relatório, sendo o mesmo aprovado e assinado pelos presentes.

E, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei e presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### RELATÓRIO Nº 42, DE 1967

*Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1964 (número 4.866-B-62, na Câmara), que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências.*

Relator: Senador Bezerra Neto.

O Sr. Presidente da República no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, § 1º e 83, da Constituição Federal, vetou parcialmente o Projeto de Lei da Câmara número 4.866-B-62 (no Senado nº 109-64), que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais e dá outras providências.

#### Dispositivos Vetados

Incide o veto sobre o § 2º do artigo 2º e sobre o art. 6º do Projeto.

Art. 2º

§ 2º

"Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas neste artigo serão fixados pela Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958, e com as alterações constantes das Leis nºs. 3.531, de 19 de janeiro de 1959, 3.780, de 12 de julho de 1960 e 3.826, de 23 de novembro de 1960".

Art. 6º

"E o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito especial até a importância de NCrs 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros novos), para atender às despesas oriundas da presente Lei."

*Origem dos Dispositivos Vetados*  
Os dispositivos vetados constam da Mensagem 517-61, enviada ao Congresso Nacional pelo Sr. Primeiro Ministro.

#### Razões do Veto

São as seguintes as razões do veto presidencial:

1) "O § 2º do artigo 2º.

As disposições ali previstas acham-se prejudicadas em face da legislação em vigor.

Os padrões de vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas no artigo 2º encontram-se regulados e uniformizados por leis posteriores. As leis mencionadas no parágrafo em apreço estão, por conseguinte, superadas.

2) "O artigo 6º.

O crédito que prevê o citado artigo, sem indicar a fonte de recursos financeiros de compensação da despesa correspondente, afronta a disposição expressa no item "c", § 1º do art. 64, da Carta Magna."

#### Tempestividade do Veto

O decênio estabelecido na Constituição Federal foi observado pelo Senhor Presidente da República.

#### Conclusão

Assim sendo, consideramos estar o Congresso Nacional plenamente apto a apreciar o Veto em questão.

Sala das Comissões em 11 de setembro de 1967. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Moura Palha*. — *Ultimo de Carvalho*. — *Carneiro de Loyola*. — *João Hercúlio*.

### COMISSÃO MISTA

*Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao PLC 72-67 (nº 155-B-67, na Câmara), que "acrescenta um item ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966".*

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1967.

As quatorze horas e trinta minutos do dia doze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Clodomir Millet, Mem de Sá e Argemiro de Figueiredo e os Senhores Deputados Osni Régis, Norberto Schmidt e Doing Vieira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 72 de 1967 (nº 155-B, de 1967, na Casa de origem), que "acrescenta um item ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966".

Em obediência aos preceitos regimentais, assume a Presidência o Senhor Senador Mem de Sá que, declarando instalada a Comissão, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais solicitando ao Sr. Deputado Norberto Schmidt que exerça as funções de escrutinador.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Clodomir Millet ... 5 votos  
Deputado Norberto Schmidt 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Norberto Schmidt 5 votos  
Senador Argemiro de Figueiredo ... 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa para Relator da matéria pertinente à Comissão Mista o Sr. Deputado Osni Régis.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1967

As deztoito horas do dia doze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Clodomir Millet, presentes os Senhores Senadores Mem de Sá e Argemiro de Figueiredo e os Srs. Deputados Osni Régis, Norberto Schmidt, e Doing Vieira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1967 (nº 155-B-67, na Casa de origem) que "acrescenta um item ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Osni Régis que na qualidade de Relator, tece considerações sobre a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que

se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não mais havendo quem deseje se manifestar, o Senhor Presidente declara a matéria em regime de votação sendo o Relatório aprovado e assinado pelos presentes.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### RELATÓRIO Nº 43, DE 1967

*Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 155-B-67 (no Senado nº 72-67) "que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34 de 18 de novembro de 1966".*

Relator: Deputado Osni Régis

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62, § 1º e 83 III, da Constituição Federal, resolveu vetar integralmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 155-B-67 (nº 72-67, no Senado) que "acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966".

#### Origem e Razão do Projeto

O projeto vetado, originário do Poder Executivo através da Mensagem nº 589, de 1967, tem por objetivo conformar a Lei, em Exatidão de Motivos, o Sr. Ministro de Estado da Fazenda "colocar sob as mesmas vantagens fiscais no campo das rendas internas os produtos importados livres de direitos aduaneiros, com aqueles importados com "isenção de importação", ou seja estender aos primeiros a isenção do "imposto sobre produtos industrializados", já concedida aos segundos".

#### O Veto e suas Razões

O Sr. Presidente da República no entanto, conforme consta da Mensagem nº 589, de 1967 resolveu negar fiança, dentro do decênio instituído pelo parágrafo único do art. 62, da Constituição Federal, ao projeto, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas seguintes razões:

"Não obstante tratar-se de proposta do Executivo, o projeto na forma aprovada não apresenta, substantivamente, qualquer inovação da disposição isenacional vigente, com relação ao imposto sobre produtos industrializados.

Além disso, a sua parte adjetiva, prevendo a disciplinação, por espécie, do Departamento de Rendas Internas, nos termos do art. 111 da Lei nº 4.502, de 1964, isto é, fazendo depender a isenção de interpretação e decisão em cada caso, introduziria, em matéria perfeitamente disciplinada pela Lei, inúmeros elementos de dúvida e contrariaria o disposto no artigo 111 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966) segundo o qual é obrigatória a interpretação literal de dispositivo legal referente à exclusão de crédito tributário."

#### Conclusão

Diante do exposto, julgamos os Senhores Congressistas habilitados para a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 155-B, de 1967 (nº 72-67 no Senado).

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1967. — *Clodomir Millet*, Presidente. — *Osni Régis*, Relator. — *Mem de Sá*. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Norberto Schmidt*. — *Doing Vieira*.

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

(\*) RESOLUÇÃO Nº 63, DE 1967

*Declara sem efeito, em parte o art. 107 da extinta Constituição de 9 de julho de 1947, do Estado de São Paulo*

Art. 1º É declarado sem efeito, no período de vigência da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, o seu artigo 107, na parte em que estendia aos funcionários municipais vantagem assegurada aos funcionários estaduais no art. 98, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em sessão plenária de 18 de agosto de 1966, no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 13.270, de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de setembro de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

(\*) RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1967

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Esteio, Rio Grande do Sul, a obter financiamento no exterior*

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Esteio, Rio Grande do Sul, autorizada a contrair empréstimo com a C. H. F. Mueller, GMBH, Hamburgo (Alemanha Ocidental) para aquisição de um aparelho de Raios X e equipamentos hospitalares para o Hospital São Camilo, de propriedade municipal.

(\*) Publicadas no D. C. N. (Seção II) de 12-9-67 e que se republica por ter saído com incorreção.

## ATA DA 130ª SESSÃO, EM 13 DE SETEMBRO DE 1967

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura.

PRESENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, DINARTE MARIZ, EDMUNDO LEVI E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Mário Brás  
Edmundo Levi  
Desiré Guarani  
Moura Palha  
Petrônio Portela  
Sigefredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Pessoa de Queiroz  
Leandro Maciel  
Júlio Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Milton Campos  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Ney Braga  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Renato Silva  
Guido Mondin  
Mém de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é, sem alteração, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE  
RESPONDA A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil (Ofício de 4 do mês em curso):

Nº 672/SAP/67 — com referência ao Requerimento nº 87-67, do Sr. Senador Aarão Steinbruch.

II — Do Ministro da Fazenda (Avisos de 11 do mês em curso):

Nº BR-255 — com referência ao Requerimento nº 67-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres e

Nº 79.758-67-GM-BR-256 — com referência ao Requerimento nº 548-65, do Sr. Senador Gilberto Marinho.

EXPEDIENTE

Comunicação de eleição e posse:

Do Diretor do Departamento de Turismo e Recreação do Distrito Federal;

Da Diretoria da Cooperativa Agrária dos Cateteristas de Alonso Claudio, ES;

Da Diretoria do Conselho Municipal de Educação, de Castelo, ES.

Manifestações favoráveis ao Projeto de Lei que institui o monopólio dos seguros de acidentes de trabalho e dá outras providências:

Das trabalhadores da Federação Nacional das Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro;

Do Sindicato dos Empregados no comércio de Santos, SP;

Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico de Santo André, SP;

Do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil e Fiação de Santo André, SP;

Da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo representando 25 sindicatos de S. Paulo;

Do Sindicato dos Comerciantes de Santo André, SP;

Da Diretoria do Sindicato de Propagandistas de Produtos Farmacêuticos de São Paulo, SP;

Do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas de São Paulo;

Do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Srocaba, SP.

Manifestações contrárias ao Projeto de Lei que institui o monopólio dos seguros de acidentes de trabalho e dá outras providências:

Da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, SP;

Do Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armamentos de S. Paulo;

Do Sr. Luiz Macedo Filho e outros de S. Paulo;

Do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de S. Paulo;

Da Cia. de Seguros Aliança de Minas Gerais, Rio;

Da Cia. de Seguros Globo, Rio;

Da Cia. de Seguros Gerais, Rio.

Manifestações favoráveis à remuneração dos Vereadores:

Da Câmara Municipal de Vila Velha, ES;

Da Câmara Municipal de Recife, PE;

Da Câmara Municipal de Juiz de Fora, MG.

Manifestações contrárias ao Projeto de Lei que proíbe reeleição dos Dirigentes Sindicais e recondução da representação das listas na Justiça do Trabalho:

Do SEC de Jundiá, SP;

Do Sindicato dos Comerciantes de S. Paulo;

Da Diretoria da Federação dos Empregados no Comércio de S. Paulo.

Manifestações favoráveis ao Projeto de Lei que cria a duplicata fiscal:

Da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos subsidiários de São Paulo e da Guanabara;

Art. 2º O valor global da operação, obedecendo o disposto na Lei Municipal nº 622, de 1967, de acordo com a proposta do Ministério da Saúde (Processo nº G. T. H. 270-65-41.949-1955), com o Decreto nº 55.823, de 10 de março de 1965, e de conformidade com a carta de autorização assinada em 18 de fevereiro de 1965, pelos Ministérios da Saúde, da Fazenda e do Planejamento, não excederá a D.M. 85.975 (oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco marcos), à taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, com o seguinte esquema de pagamento:

a) 1 (um) ano de carência;

b) 5 (cinco) anos para resgate, em prestações mensais consecutivas, a primeira 12 (doze) meses após a emissão da primeira licença de importação;

c) os juros devidos serão representados por 9 (nove) notas promissórias semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira 12 (doze) meses após a emissão da primeira licença de importação;

d) o prazo de amortização do principal será de 5 (cinco) anos, a contar de 12 (doze) meses após a emissão da primeira licença de importação, e a dos juros 5 (cinco) anos pagos adiantadamente, a contar da mesma data.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de setembro de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 1967

*Nomeia Nerione Nunes Cardoso, para o cargo de Diretor, PL 1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal*

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, alínea b, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 Nerione Nunes Cardoso.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Do Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armamentos de São Paulo.

Diversos Assuntos:

Do Sindicato dos Gráficos, representando mais de dois mil gráficos de São Paulo, SP, e dos profissionais do sul do país, fazendo apelo no sentido da aprovação do projeto que suprime o limite mínimo de idade para efeito de aposentadoria especial;

Da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fazendo apelo no sentido da aprovação do projeto que regulamentar o exercício do jornalismo profissional e dá outras providências;

Da Assembleia Legislativa de Goiás, SP, fazendo apelo no sentido da aprovação do projeto de lei que regulamentar a profissão da empregada doméstica;

Da Câmara Municipal de Campo Grande, MT, manifestando-se contrária à criação de novos Estados;

Do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) enviando documento referente à concessão de dois hectares aos trabalhadores rurais da zona canavieira;

Da Câmara Municipal de Teresópolis, RJ, fazendo apelo no sentido da regulamentação do jogo em todo o país.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está finda a leitura do expediente.

Em expediente lido em sessões anteriores, figuraram Mensagens pelas quais o Presidente da República dá conhecimento ao Congresso Nacional de dois vetos que atingiram as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 1.438-C, de 1960, na Câmara e nº 58-67, no Senado, que concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas (Veto total) e

Projeto de Lei nº 18, de 1967, na Câmara e nº 7, de 1967, no Senado (Lei Complementar) que regula a



execução do disposto no art. 16, § 2º, a Constituição (Veto total).

A fim de conhecerem desses vetos, esta Presidência convoca as duas Casas do Congresso Nacional para sessão conjunta a realizar-se no dia 28 e setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar designa:

quanto ao primeiro veto, os Srs. Senadores:

Domicílio Gondim — ARENA  
Adolpho Franco — ARENA  
Antônio Balbino — MDB;

quanto ao segundo, os Srs. Senadores:

Aloísio de Carvalho — ARENA  
Petrônio Portella — ARENA  
Josaphat Marinho — MDB.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) Sobre a mesa Requerimentos de Informações que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

**REQUERIMENTO Nº 775, DE 1967**

Requiro, à Mesa, na forma regimental, para que o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral no sentido de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social informe:

a) quais as empresas de fiação ou tecelagem de juta que já receberam empréstimo do BNDE para implantação, ampliação ou renovação do parque industrial;

b) quais as empresas de fiação ou tecelagem de juta que possuem, pendente de solução no BNDE, pedidos e empréstimos para implantação, ampliação ou renovação do parque industrial;

c) discriminação do valor e prazo dos empréstimos em causa já concedidos ou pendentes de solução, com indicação da localização da indústria beneficiada;

d) no caso de as empresas beneficiadas ou requerentes do financiamento estarem localizadas na Amazônia, indicar se os projetos referentes às mesmas foram apreciados e aprovados pela SUDAM ou antiga PVEA; e se tais projetos são também beneficiários dos incentivos fiscais do imposto sobre a renda na aplicação de recursos financeiros; e

e) se o maquinário das empresas de tecelagem da juta financiadas pelo BNDE é de uso exclusivo para a juta ou se já estão com dispositivos para adaptação ao emprego de fibra sintética na fabricação de sacos.

**Justificativa**

A revista "Realidade" do mês de agosto último publica uma reportagem sobre a juta na Amazônia em que estampa declarações, até agora não desmentidas, do Diretor do Departamento de Planejamento Econômico da SUDAM, de que: a juta não é mais do que dez anos de vida como atividade rentável; b) a juta de cultivo se tornará, em pouco tempo, anti-econômica; e c) a juta não pode entrar em planos de desenvolvimento econômico. Tais declarações foram debatidas e rebatidas da tribuna do Senado (DCN — Seção II — páginas 1.780-4, de 19-8-67).

Como existem na Amazônia, atualmente, cerca de dez projetos de implantação ou ampliação de indústria de juta e como o plantio da juta representa quase 20% da economia amazônica, o atendimento das informações solicitadas é indispensável para apreciação completa do assunto sob as perspectivas promissoras ou não que realmente existam quanto ao futuro da juta de cultivo, pela apreciação dos órgãos governamentais estimuladores do processo de desenvolvimento econômico nacional em seus vários setores.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1967. — Senador *Desiré Guarnani*.

## REQUERIMENTO Nº 776, DE 1967

Senhor Presidente,

Requiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, as seguintes informações:

1. Em que data foi concluída a coleta de dados referente ao Censo do Servidor Público da União;

2. Se os dados relativos a esse Censo foram já computados e devidamente tabulados, informando-se, em caso afirmativo, quanto aos resultados do mesmo;

3. Se a publicação dos dados já foi feita, em caso negativo para quando está prevista, e quais as providências adotadas para a sua divulgação;

4. Qual o montante dos recursos empregados na realização do Censo, e através de que dotação correu a respectiva despesa;

5. Qual o órgão encarregado da apuração dos resultados e qual o prazo concedido pelo ato que determinou a sua realização, para a conclusão dos trabalhos;

6. Caso tenham sido publicados resultados parciais do Censo a que se refere este requerimento, juntar cópia dos mesmos.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1967. — Senador *Júlio Leite*.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) Sobre a mesa projeto de decreto legislativo, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1967

*Suspende a execução e efeitos do Decreto Legislativo nº 8, de 18 de abril de 1967, que autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública, inclusive a Pinho e Terras Limitada.*

Art. 1º São suspensas a execução e efeitos do Decreto Legislativo número 8, de 18 de abril de 1967, que autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública, inclusive a Pinho e Terras Limitada, cujos processos estejam tramitando administrativa ou judicialmente, ainda que para os fins previstos no nº III do artigo 77, da Constituição Federal de 1946.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificativa**

I — Em 1957, a região Sudoeste do Paraná passou por sucessivas crises sociais em face de problemas de terras que originaram choques armados entre representantes de grupos poderosos como por exemplo, a CITLA — Companhia Territorial e Industrial Limitada e colonos que mantinham a posse da terra.

A gravidade da questão impediu o Governo Federal a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 553.403 hectares, cuja colonização foi entregue a um órgão misto união — Estado do Paraná — Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná — GUTSOP, criado em 19 de março de 1962, que vem merecendo anlaudos gerais em sua atuação, inclusive através de acordãos do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Graças a isso, e mais outras medidas complementares, a paz e a tranquilidade voltaram a reinar naquela rica e extensa área de terras, onde milhares de pessoas habitam e labutam, quer nas zonas rurais, quer nos centros urbanos, em dezenas de cidades que oferecem, hoje valiosa contribuição econômica para o Estado do Paraná.

II — Grande parte daquela vasta área de terras pertenceu à Cia. Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, que foi incorporada ao Patrimônio Nacional, passando à Administração da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, que ficou autorizada a alienar a nas condições estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 9.549, de 6 de agosto de 1946, e Lei nº 253, de 18 de fevereiro de 1948. Aquela Empresa, então transferiu-se aos (rupos da CITLA e à Pinho e Terras Ltda., ao arripio das exigências legais, razão pela qual os contratos de compra e venda tiveram seus registros recusados pelo Tribunal de Contas da União. Esse Tribunal, aliás, seguidamente, recusava registro aos contratos de compra e venda realizados por aqueles grupos, e esses atos denegatórios foram sistematicamente confirmados pelo Congresso Nacional, conforme se constata pelos Decretos Legislativos nº 33, de 1957, nº 15, de 1963, e nº 43, também de 1966.

III — Esperava-se que o Congresso Nacional, mais uma vez, fosse manter o Ato do Tribunal de Contas, denegatório do registro para o contrato de compra e venda firmado entre a já citada Superintendência e a Pinho e Terras Limitada, segundo se podia deprender pelo projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1965 (Número 203-A, de 1964, na Casa de origem), quando, após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça recebeu, na Comissão de Finanças do Senado, Emenda Substitutiva e por ela aprovada, de sentido totalmente contrário ao que fora aprovado na Casa de origem (Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 5 de outubro de 1966).

Retornando o Projeto à Comissão de Constituição e Justiça, foi, por esta, apresentada e aprovada Emenda ao Art. 1º da Substitutiva da Comissão de Finanças, alterando-a ainda mais, dando-lhe maior amplitude de alcance e que se transformou no Decreto Legislativo nº 8, de 1967, publicado no Diário Oficial, Seção I, de 18 de abril de 1967.

IV — A manutenção da vigência desse Decreto Legislativo significa:

a) intromissão em questões "sub-judice";

b) porta aberta ao descumprimento de decisões judiciais já proferidas;

c) possibilidade de revisão de processos que já foram objeto de atos denegatórios do Tribunal de Contas, confirmados pelo Congresso;

d) no caso do Sudoeste do Paraná, vasta área de terras, densamente povoada, passa a ser considerada de domínio de grupos particulares, inclusive dezenas de cidades, entre as quais a de Francisco Beltrão, com mais de 18.000 habitantes;

e) retorno de um clima de tensão a essa mesma área, situação que aconselha a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo ora proposto, como medida, inclusive, de Segurança Nacional.

V — Estas as principais justificativas para o presente Projeto.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1967. — Senador *Ney Braga*.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O projeto lido será publicado e, em seguida, remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Guido Mondim, a quem dou a palavra.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, não faz muito afirmel, nesta Casa, ate porque é obvio, que está na arte a sublimação cultural de um povo. Seus problemas têm a validade de mais problemas e suas soluções terão ou merecerão atenção tão alta como os que mais a merecerem.

Fos isto, Sr. Presidente, com esta preocupação é que venho à tribuna para, uma vez mais fazer o que chamaria apenas, com a maior simplicidade, uma comunicação, eis que tantas vezes nossas intervenções se reduzem apenas a uma espécie de intercomunicação entre colegas, sem que não ultrapassem as paredes mágicas deste Plenário.

O que ocorre, Sr. Presidente e nobres colegas em nosso País em torno do Serviço Nacional de Teatro, é uma já velha história. Em anos anteriores, assim como quem faz uma ponta, em linguagem de teatro, participei desta luta, agastado com um particular — o Serviço Nacional de Teatro ora estava nas mãos de dirigentes caríccas, ora de dirigentes paulistas.

Se o dirigente do Serviço Nacional de Teatro carícca isso, tudo tendia a atender ao desenvolvimento do teatro na Guanabara. Com o dirigente sendo de São Paulo a mesma coisa. E assim, particularmente, nós do Rio Grande do Sul, onde há uma atuação verdadeiramente idealista feita com paixão pelo amadorismo teatral do meu Estado e, particularmente, da Capital, não nos podíamos conformar com esta situação e lutávamos para que ela não prosseguisse.

Com a ascensão do Ministro Tarso Dutra, homem sensível a estes problemas, vimos que chegava a oportunidade de, mais uma vez e com intensidade, pleitear no sentido de que o Serviço Nacional de Teatro não fosse entregue, pelos motivos que expus há pouco, nem a paulistas, nem a caríccas e estou falando, por certo diante de paulistas e de guanabarrinos nesta Casa. Há um paulista ao meu lado e eu estou falando com a máxima sinceridade, porque esta é a realidade. Foi dito que, desta feita, a Direção do Serviço Nacional de Teatro seria entregue a um filho de outro Estado, teria uma visão de conjunto das necessidades do teatro nacional e talvez assim desse um atendimento igual a todos os Estados.

Nossa ilusão durou pouco e eu não preciso dizer mais do que o que me informa a Associação de Atores, Cenógrafos e Cenotécnicos de Porto Alegre. Vejo nobres colegas interessados na matéria — particularmente o nosso colega Júlio Leite, que tem tratado com finesse, com elegância encantadora desse assunto — porque, quando eu me dirigia para a tribuna, passando perto do Senador Lino de Mattos, ele me prometia apartes. Logo, estou animadíssimo neste nosso informe intramuros.

Assim, vou ler o que diz a Associação dos Atores, Cenógrafos e Cenotécnicos de Porto Alegre, se me permitirem os nobres colegas. Al está todo um drama por eles vivido, que deve ser o mesmo de outros Estados que estão nas mesmas condições vividas pelo Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 27 de agosto de 1967.

Senhor Senador:

Nossa luta em torno do teatro continua sempre com algumas es-

peranças. Esperanças depositadas no Governo que, parece-nos, ainda não tomou interesse pelos problemas da cultura neste País. Acreditamos que ainda é cedo para fazermos qualquer crítica ao atual Governo, com referência ao desenvolvimento do Teatro Brasileiro.

Chamo a atenção para o fato de que quem está na tribuna é um Senador do Governo, da ARENA, e quem escreveu este memorial pertence à ARENA também, mas a crítica, quando é assim construtiva, é necessária.

Continua o ofício que me foi enviado pela Associação dos Atores:

"Entretanto, fugiríamos ao cumprimento do mais estrito dever, se não levassemos ao conhecimento do nosso digno representante do Congresso Nacional, com todo o respeito e não menos franqueza, com a vivência que ninguém mais do que nós tem dos problemas do Teatro Brasileiro e do Serviço Nacional de Teatro, que as medidas a serem tomadas por S. Exa. o Deputado Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, segundo orientação do Plano Nacional de Popularização do Teatro, realizado pela administração do Senhor Meira Pires, atual diretor do Serviço Nacional de Teatro, se não forem modificadas a tempo, serão a causa de um retumbante e colossal fracasso da política do atual Governo, em nosso setor de atividades".

Evidentemente, além desta intervenção, irei falar sobre o assunto diretamente com o nosso Ministro, que sei sensível ao teatro. E, se tiver oportunidade, também falarei com o Sr. Meira Pires, Diretor do Serviço Nacional de Teatro.

Então, prosseguindo: (Lê)

"Confessamos que é profundamente penoso para esta Associação ver-se na contingência de discordar das medidas que vêm sendo adotadas pelo Sr. Meira Pires, com referência ao S.N.T., tanto mais que, tivemos a oportunidade de colaborar com o atual Governo, entregando pessoalmente ao Sr. Ministro Tarso Dutra e ao Secretário Particular do Marechal Arthur da Costa e Silva, Capitão Antônio Conrado Dias, um programa de trabalho com o título "SNT — Nova Dimensão", por nós elaborado, com uma série de sugestões destinadas a um futuro planejamento daquele Serviço. Entretanto, parece que o atual Governo esqueceu de ler a nossa modesta colaboração contida em sessenta e duas páginas datilografadas. Como estudiosos dos problemas administrativos do S.N.T., uma vez que fazendo parte de sua administração no período de 16-4-62 até 15-8-66, quando então solicitamos demissão em caráter irrevogável, por discordarmos totalmente da gestão da Sra. Heliodora Carneiro de Mendonça, que na ocasião, dirigia aquele órgão com personalismo, ineficácia e tendência paternalística, bem como, transgredia a legislação existente no referido Serviço. Pois bem, Sr. Senador, em nosso Programa de Trabalho alertávamos o governo federal para a necessidade de descentralização do S.N.T., para o levantamento das reais necessidades teatrais de cada região deste imenso território para fins de consignação orçamentária; para construção, reconstrução e recuperação de Casas de Espetáculos, através de um planejamento de âmbito nacional, inclusive, com aproveitamento do plano de construção

dos Palácios de Cultura a serem construídos pelo M.E.C., em diversos Estados, para inclusão de projetos de pequenos teatros; para reestruturação da portaria que estabeleça os auxílios financeiros modificando o critério para auxílio somente de produções de espetáculos de textos nacionais, possibilitando assim, uma campanha de proteção e incentivo ao autor nacional; para reestruturação da portaria de atribuições dos delegados regionais, estendendo-a, respeitando a íntegra da legislação que instituiu a Campanha Nacional de Teatro, de acordo com o Decreto nº 43.928, de 26-6-1963; para criação dos Conselhos Consultivos Regionais do Teatro com a finalidade principal de organizar o plano de concessão de auxílios, tendo em vista a possibilidade de levantamento regional da dotação orçamentária, de acordo com suas necessidades teatrais; e de opinar sobre assuntos concernentes ao movimento teatral local. Enfim, Sr. Senador, nosso Programa de Trabalho destinado a um futuro planejamento de reformulação do S.N.T., em síntese continha uma série de sugestões e medidas a serem tomadas pelo novo diretor nomeado a fim de que o mesmo com uma equipe de trabalho, conseguisse estudar e coordenar os primeiros atos corretivos para reestruturar e descentralizar o Serviço Nacional de Teatro. Sugerimos, também que os membros que organizariam o Plano Nacional do S.N.T., fossem escolhidos entre os representantes das classes teatrais do País, ou, pelo menos em caso contrário, os membros receberiam sugestões das classes teatrais sobre os problemas de teatro de cada região. Entretanto, após a posse do Sr. Inácio Meira Pires na direção do Serviço Nacional de Teatro, ocorrida no dia 4 de abril de 1967, contrariando os interesses da classe teatral brasileira o referido diretor organizou uma comissão composta por elementos da S.B.A.T. (Associação Brasileira de Autores Teatrais) que nada tem a haver com os problemas do Teatro Brasileiro e não ser cobrar os direitos autorais devidos, para, conjuntamente, organizarem um plano, a fim de que o Diretor do S.N.T. submetesse à apreciação do Sr. Ministro da Educação e Cultura.

Posteriormente após decorridos quatro meses da "silenciosa" administração do Sr. Meira Pires no S.N.T., fomos apanhados de surpresa ao recebermos uma edição encadernada com seguinte título: Plano Nacional de Popularização do Teatro — Administração Meira Pires — Serviço Nacional de Teatro — Ministério da Educação e Cultura. O título em letras garrafais, de cor vermelha, lembra-nos os tempos omnicosos do Sr. Roberto Freire, ex-diretor do S.N.T., cuja gestão de 1961 a 1963, quando destinava vultosas verbas daquele Serviço indevidamente, para a extinta U.N.E. (União Nacional dos Estudantes), que com o seu teatro-volante, propagava a ideologia política comunista entre as massas estudantis, operárias e camponesas de todo o Território Nacional. O Sr. Roberto Freire declarava na imprensa brasileira naquela época, que a U.N.E. estava colaborando com o S.N.T., na divulgação do seu Plano Nacional de Popularização do Teatro.

Longe de nosso pensamento a intenção de atribuímos qualquer

semelhança política ideológica do Sr. Roberto Freire com a do Senhor Meira Pires. Apenas desejamos ressaltar que o aludido título é um plágio que fora utilizado em épocas passadas, com fins destrutivos para o real desenvolvimento do Teatro Brasileiro, uma vez que a finalidade principal do teatro é apresentar um povo, uma época, uma sociedade com a mais profunda sinceridade. E não com a intenção de introduzir uma ideologia estranha a um modo de viver de um povo e da nacionalidade brasileira.

Se o título dado ao plano do Sr. Meira Pires já era por nós conhecido, mais surpresas e estardalados ficamos, quando tivemos a oportunidade de verificarmos o seu conteúdo. Podemos comparar o seu plano com uma velha piada estravagante, de extremo mau gosto e sem nenhum enredo. Infelizmente a realidade é outra, pois o plano do aludido diretor é um enxerto de reedificação de atos administrativos das gestões passadas, que provocaram ao longo dos anos, uma série de decisões ruins, que absorveram vultosas dotações orçamentárias improdutivamente, sem qualquer objetividade de benefícios para o Teatro Brasileiro. A fim de que V. Exa possa esclarecer com melhor lucidez os Senhores Senadores...

Dai se vê que os remetentes do memorial tinham a esperança — e agora ficaram satisfeitos — de que eu traria esta comunicação aos nobres colegas — uns cívicos com o maior interesse, outros com interesse relativo e enfim outros, segundo o nosso velho costume de costas, bem entendido, para o teatro brasileiro.

(Lê)

"A fim de que V. Exa possa esclarecer com melhor lucidez os Srs. Senadores sobre o plano do Sr. Meira Pires, vamos salientar, como um exemplo típico de descuido e estardalhaço dos ditadores públicos pelo responsável pela direção do S.N.T., a pretendida e desnecessária compra pelo Governo Federal do Teatro Fênix, localizado no Rio de Janeiro, pertencente a particulares, pelo preço exorbitante de R\$ 1.600.000,00. Ora, Senhor Senador, é óbvio, como costume dizer o Granadeiro Nelson Rodrigues, que com esta quantia, o Governo poderia construir uma rede de oito pequenos teatros de duzentos lugares distribuídos, por oito capitais do Território Nacional. Na hipótese, de que o Governo venha aceitar a proposta do Sr. Meira Pires, para aquisição do Teatro Fênix, que consideramos um verdadeiro "monstro babilônico", aproveitamos a oportunidade para repetidamente chamar a atenção do Sr. Senador, de que o novo proprietário terá que sustentar um verdadeiro "cabide de empregos", pois o referido teatro necessitará no mínimo de cem funcionários para sua administração e conservação. Observe-se, além disso que tal atitude, despertará a atenção de outros proprietários, como este, que estão ansiosos para desfazerem-se de seus "elefantes". Como exemplo podemos citar o caso do Teatro Leopoldina de Porto Alegre, cujos proprietários, por diversas vezes tentaram vender para o Governo Federal o seu "elefante cã-de-rosa", com 4.300 lugares e uma imensa folha de pagamento de funcionários. Pretendemos desconhecer o artifício enga-

nosamente inventado pelos responsáveis que auxiliaram o referido Diretor, na elaboração de tal proposta incluída no Plano Nacional de Popularização do Teatro. Dentre os graves problemas que preocupam, no momento, a criteriosa administração do governo federal, acreditamos que a referida proposição jamais será aceita pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura."

A proposição atingirá evidentemente os representantes do Nordeste, mas os representantes do Nordeste, nesta Casa, compreenderão o sentido deste protesto dos homens do teatro, dos idealistas do teatro do Rio Grande do Sul e, particularmente, da minha cidade.

(Retomando a leitura.)

"No Programa de Trabalho (S.N.T. — Nova Dimensão), que tivemos oportunidade de entregar ao governo federal, tivemos uma ampla exposição de motivos sobre a influência de "arrismos estereis" cometidos pelas gestões passadas, no Serviço Nacional de Teatro. Se o Diretor era paulista, São Paulo recebia o maior auxílio financeiro por parte daquele Serviço. Se era carioca, então a Associação teatral do Rio de Janeiro ficava favorecida, em detrimento dos demais Estados brasileiros. Porém, dando prosseguimento a um maior esclarecimento sobre o plano do Sr. Meira Pires, ao Senhor Senador, podemos dizer que tivemos oportunidade de ler na página 35 do aludido plano, o seguinte: "Após a elaboração do presente plano, o Diretor do S.N.T. encaminhou ao Conselho Federal de Cultura..."

E a minha esperança é de que quanto ainda não tenha chegado à sua fase final não tenha sido aprovado totalmente.

"...um expediente ampliando o item relativo à aquisição, restauração e equipamento de imóveis, incluindo os teatros abertos relacionados..."

Agora os nobres Representantes do Nordeste exultarão diante das minhas lágrimas recolhidas. (Risos.)

NCR	
Equipamento do Teatro Decodoro-Macedo	30.000,00
Construção de um Teatro em Natal, R. G. do Norte, pertencente ao S.N.T.	218.000,00
Recuperação do Teatro José de Alencar, Fortaleza, Ceará	105.000,00
Restauração do Teatro Santa Isabel, Recife, Pernambuco	200.000,00
Equipamento para o Teatro Santa Rosa, João Pessoa, Paraíba	27.000,00

Sinto o nobre Senador Argemiro de Figueiredo não esteja presente, pois ficaria contente.

Equipamento de Ar Refrigerado para o Teatro Alberto Maranhão, Natal, Rio G. do Norte	325.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>905.000,00</b>

Vamos conhecer os argumentos de minha gente: (tendo)

Respostamente chamo a atenção do Sr. Senador, que os teatros supra mencionados estão localizados no Nordeste Brasileiro, subentendendo-se assim, que de acordo com o plano do Senhor

Meira Pires, que é natural do Rio Grande do Norte, que os demais Estados do Brasil não possuem teatros, bem como, não necessitam de aquisição de novos teatros, de restauração e de equipamentos de imóveis. Segundo quer nos parecer, o atual Diretor do Serviço Nacional do Teatro, não escutou com a devida atenção, o discurso do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, ao dar-lhe posse no referido cargo:

Disse, então, o Ministro da Educação Tarso Dutra:

"Tenho o prazer de declarar empossado nas funções de Diretor do Serviço Nacional de Teatro, o teatrólogo Meira Pires. Com esta resolução do Governo Nacional dois são os objetivos que estão envolvidos nesta preocupação governamental. Em primeiro lugar, a de convocar para exercícios dessas funções o homem com indiscutíveis títulos de capacidade para exercer a função para a qual é chamado; em segundo lugar, para que assim seja desenvolvida uma ação governamental no sentido de uma maior integração nacional em virtude da qual os serviços não ficarão à disposição, apenas, de uma área populacional do Brasil, mas de todo o território do nosso país."

De acordo com a interpretação "bairrista" do Sr. Meira Pires, conforme proposta elaborada no seu plano, "o todo território do nosso país" significa apenas o Nordeste.

representação do Norte, compacta, rica, também teria a reclamar algo que nada tocou ao Norte. (Lendo)

Assim sendo, Sr. Senador, o Plano Nacional de Popularização do Teatro, da atual administração do Serviço Nacional de Teatro, deveria chamar-se de Plano Nacional de Popularização do Teatro do Nordeste.

Nós, maiores, culturalmente responsáveis jamais faríamos do teatro um instrumento destinado à concessão de privilégios, como instituição paternalística e de "pistolões". Não queremos favorecimentos para o nosso Estado, em detrimento das demais comunidades teatrais do País. Mesmo que o Sr. Ministro da Educação e Cultura seja gaúcho. Mesmo que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República seja também gaúcho. Dá a nossa repulsa pelos que desejam resolver os problemas do teatro, cometendo conseqüentes "bairrismos estereis" sem marcar sua atividade, como responsável pelo destino do Serviço Nacional de Teatro, agindo com austeridade com lógica, com coerência, pelo progresso cultural de nossa pátria, repelindo os abusos e as discriminações que, por vezes, podem surgir aos olhos do Brasil e do mundo como exemplos de uma civilização inquisitorial medieval.

Continuaremos, pois, a interpretar o sentimento de revolta contra dotações orçamentárias absurdas propostas pelo atual Diretor daquele órgão. Calcule o Sr. Senador que somente o Nordeste quer ser contemplado com a astronômica dotação de NCR\$ 905.000,00, destinada à aquisição, restauração e equipamento de imóveis de teatros. Para que V. Ex.<sup>a</sup> possa aquilatar a falta de sinceridade orçamentária da aludida petição, basta que exemplifiquemos as despesas necessárias selecionadas com a reconstrução, restauração e aquisição de tea-

tros existentes na capital do Rio Grande do Sul.

Isto, nobres colegas, para comparar, lembra o nosso discurso de segunda-feira. Os russos, num mês, pescam 200.000 toneladas e nós com aquela humildade, pescamos 50.000 toneladas num ano! Os nordestinos estão fazendo o papel dos russos. Levam quase um bilhão de cruzeiros e nós, modestamente, pedimos cinquenta milhões apenas.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Dou com prazer, até porque Guarani nos lembra ópera, romance. Estamos em teatro.

O Sr. Desiré Guarani — E nos lembra o autor de uma peça, nascido em São Paulo, falecido no Pará, e que não foi atingido por nenhuma dotação orçamentária do Serviço Nacional do Teatro, conforme discriminação feita por V. Ex.<sup>a</sup>. Estou ouvindo, com a maior atenção, a leitura deste relatório esplêndido, bem como as considerações de V. Ex.<sup>a</sup>, paralelas a ele, que o enriquecem ainda mais. Desejo deixar consignada uma restrição. É que o ofício fala em verbas astrosômicas dotações orçamentárias para as nômicas. Em geral, quando pleiteávamos entidades públicas, frisamos como estas dotações são parcimoniosas na sua totalidade. De forma que faço restrição nesse aspecto. Acho que as dotações do Serviço Nacional do Teatro não são astronômicas, são muito minguadas, insignificantes e incapazes de atender, não só às necessidades de uma região, mas de todo o País, que é a destinação do Serviço Nacional do Teatro.

O SR. GUIDO MONDIN — Vossa Excelência disse, com extrema propriedade, o que está ocorrendo — astronômica essa importância? Não. Mas meu caro Senador, nós que com tanta humildade temos contado com o pouco que nos é dado, essa importância realmente, pode parecer astronômica. É como que uma explosão psicológica daquele homem que nunca tem dinheiro e que, de repente, se vê com vinte mil cruzeiros no bolso e fica radiante. Vejamos no prosseguimento do memorial. Com cinquenta milhões de cruzeiros antigos nós do Rio Grande do Sul, podemos reconstruir o Teatro de Sequipe — é preciso conhecer o que foi o Teatro de Equipe — podemos restaurar totalmente o Teatro São Pedro, de tanta tradição — quem conhece Porto Alegre há de se lembrar do Teatro São Pedro, dos grandes espetáculos até políticos — e também construir o Teatro de Arena de Porto Alegre. Tudo com cinquenta milhões de cruzeiros antigos, apenas.

No entanto, os contrarrêcos do nobre Senador Dinarte Mariz nos levam todo o dinheiro. Digo que nos levam o dinheiro, nobre Senador porque V. Ex.<sup>a</sup> não ouviu meu discurso. Estou lamentando, em nome dos meus contrarrêcos, que o Serviço Nacional de Teatro tenha levado, no seu plano de realização, tudo para o Nordeste e principalmente para o Rio Grande do Norte, deixando o Rio Grande do Sul a ver navios — agora navios russos de pesca.

O Sr. Dinarte Mariz — Imagine V. Ex.<sup>a</sup> se não estivesse no Ministério da Educação um bom gaúcho.

O SR. GUIDO MONDIN — Está na direção do Serviço Nacional do Teatro um contrarrêco de V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Dinarte Mariz — V. Ex.<sup>a</sup> não ignora que o Serviço Nacional de Teatro é subordinado ao Ministério da Educação e Cultura de onde recebe toda orientação e é a quem está subordinado o seu próprio orçamento.

O SR. GUIDO MONDIN — É precisamente este o argumento que vou

usar com S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Educação e Cultura. Os gaúchos têm a mania, quando assumem o Governo, de não cuidar de seu Estado com medo de fazer injustiças aos demais. A história aí está, a começar com o Senhor Getúlio Vargas, quando sempre éramos acusados de, com isto levar todas as benesses do Governo.

Quando se renovou a Direção do Serviço Nacional de Teatro fui dos que pleitearam junto ao Sr. Ministro da Educação que não desse a direção do SNT a paulista ou a carioca, porque quando nas mãos de um ou de outro o Serviço Nacional de Teatro só cuidava de São Paulo ou do Rio de Janeiro, conforme o caso. Queríamos que desse a um elemento de outro Estado para que esse elemento, sabendo dos sofrimentos dos demais Estados em matéria de dificuldades nas atividades teatrais, cuidasse de um modo global deste serviço.

Disse-me, então o Sr. Ministro da Educação: Atenderei a vocês em parte. Evidentemente que pleiteávamos a direção do SNT para um gaúcho.

O Sr. Dinarte Mariz — Como obtiveram a direção do Serviço Nacional de Cinema V. Ex.<sup>a</sup> queria mais um nas mãos de um gaúcho.

O SR. GUIDO MONDIN — Neste terreno ainda não penetramos, continua nas mãos do nobre Senador Júlio Leite.

O caso é que tenho esperanças de falar não apenas com o Sr. Ministro da Educação e Cultura, mas também com o Dr. Meira Filho para que deem solução diferente daquela que temos no programa mencionado no Relatório, que também tivemos em mãos.

O SR. DINARTE MARIZ — Costaria de apresentar um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>. Realmente, o Rio Grande do Norte empurrou a Nacão uma bela figura da sua mocidade para chefiar o Serviço Nacional de Teatro e o Ministro Tarso Dutra deve ter tido o orgulho e o prazer de, na primeira reunião do Conselho Nacional de Cultura, plano mais alto da cultura nacional, ver aprovado, sob aplausos, o único programa apresentado por um dos seus auxiliares, o atual Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Sr. Meira Pires. O programa, aprovado sob aplausos, repito, tem recebido de todos os expoentes da nossa cultura, os maiores elogios pela determinação de que estão embuidos, de promover a renovação do teatro nacional.

O SR. GUIDO MONDIN — Não fiz nenhuma apreciação sobre este aspecto.

O Sr. Dinarte Mariz — Este é, exatamente, um aspecto interessante, o da renovação, uma verdadeira revolução do teatro nacional: popularizar o teatro, levá-lo a todas as partes do País é que fez o Plano merecer um discurso de aplausos do nosso grande homem do Recife, o sociólogo Gilberto Freyre. Aliás, os aplausos foram unânimes quanto à aprovação do plano. O homem escolhido estava à altura da função. O que está realmente faltando, são as verbas destinadas ao teatro, porque estamos em regime de economia e dele o setor da cultura não escapa. Já ouvi críticas a respeito, mas o jovem chefe do Serviço Nacional do Teatro, Sr. Meira Pires, tem merecido, através da toda a imprensa do País, os melhores elogios. Há poucos dias disse-me ele que se não tivesse condições para executar o Plano que apresentou, renunciaria, porque agia por idealismo e não para obter emprego.

O SR. GUIDO MONDIN — O Conselho Nacional de Cultura já aprovou o plano?

O Sr. Dinarte Mariz — Exatamente.

O SR. GUIDO MONDIN — Então estamos diante de um fato consuma-

do. Vím à tribuna na esperança de que não tivesse aprovado o Plano, porque assim, talvez, nós do Rio Grande do Sul, poderíamos tirar uma pequena fatia do bolo que a União de cruzeiros novos, para atender às nossas necessidades. Mas como estamos diante de um fato consumado, colocar-nos-me em oposição aberta, com rigidez de atitudes e travaremos luta porque queremos dinheiro. Irei até ao Ministro da Educação para obtê-lo.

O Sr. Dinarte Mariz — Sendo eu do Rio Grande do Norte, sou um aliado do Rio Grande do Sul. A verba a nós destinada é tão insignificante que nem merece ser citada. Representa, apenas, 30% do que recebe São Paulo para o seu teatro.

O SR. GUIDO MONDIN — Era o que dizia o Senador Desiré Guarani. Mas Sr. Presidente, se atropelo a leitura do Memorial, é porque tenho a preocupação de deixar margem a que outros Senadores possam ocupar a tribuna antes da Ordem do Dia. Sabemos que nos ceura aborrecimento desejar falar, para que a Imprensa publique o que falamos, sem termos oportunidade. De sorte que quando um companheiro se alonga na tribuna, cada minuto me parece um século.

Há poucos dias o nobre Senador Desiré Guarani ocupava a tribuna por muito tempo. Não resisti. Pedi a S. Ex.<sup>a</sup> que parasse. E S. Ex.<sup>a</sup> gentilmente concluiu seu discurso dando chance a que outros Srs. Senadores pudessem falar.

Prossiguirei, Sr. Presidente, dizendo que desejo repetir esta parte, que é extremamente interessante: (Lê)

Com NCR\$ 50.000,00 podemos reconstruir o ex-Teatro de Equipe, restaurar totalmente o Teatro São Pedro e construir o Teatro de Arena de Porto Alegre. A prática que nos unimos com referência à aplicação de pequenas dotações para aquisição de novos teatros, poderia facilmente, serem adotadas no Nordeste e nas demais comunidades teatrais deste País. Em 1965, com apenas NCR\$ 5.000,00 recebidos do Serviço Nacional do Teatro, conseguimos construir um teatro de 117 lugares, bem moderno e acolhedor, alisando uma casa velha, localizada na Rua Gal. Victorino, em plena zona central de Porto Alegre. Poderíamos citar um outro exemplo mais recente. O Grupo de Teatro Independente, um dos mais novos e ativos do movimento teatral de nossa capital, adquiriu pela quantia de NCR\$ 20.000,00, para pagamento parcelado, um velho porão localizado nos altos do Viaduto da Avenida Borges de Medeiros. Ali, naquele mesmo local, das 19 às 22 horas, o referido Grupo ensaia seus espetáculos. Após as 22 horas todos os artistas munidos de pás e picaretas estão construindo um teatro, com capacidade para 250 espectadores. O Rio Grande do Sul, segundo estatísticas do Serviço Nacional de Teatro, ocupa o terceiro lugar no movimento teatral brasileiro e o primeiro, quanto a exportação de valores artísticos para os grandes centros do País, no cenário nacional.

Basta mostrar esta página de jornal, onde vemos moços que fazem teatro em Porto Alegre, após as representações, de picaretas e pás nas mãos, trabalhando de pedreiros na construção de seu próprio teatro. Isso é idealismo puro! (Lê)

Assim sendo, Senhor Senador, pergunto-lhe, se os nossos colegas do Nordeste Brasileiro, não gostariam de seguir o nosso exemplo, permitindo assim, uma maior economia para os cofres da União, diante de tantos pro-



blemas que sobrecarregam o governo federal, de responsabilidades e de falta de maiores disponibilidades financeiras.

Concluindo, com este relatório, a luta desastrosamente que vimos sustentando, há longos anos, pela moralização do Serviço Nacional de Teatro, pela sua descentralização, inclusive por uma equânime e justa proposta crematária que atenda aos reais interesses das necessidades teatrais deste imenso território, sentimo-nos com suficiente autoridade moral para pleitear de V. Ex.<sup>a</sup>, junto ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, se digna determinar uma revisão completa no Plano Nacional de Popularização do Teatro, realizado pela administração do Sr. Meira Pires, relativas a dotações solicitadas ao Governo federal, para diversas finalidades, muitas das quais, julgamos desnecessárias, supérfluas e sem objetividade para o real desenvolvimento do Teatro Brasileiro.

Nossos artistas estão exaustos do processo pertinaz de demolição a que estão sendo submetidos ao longo dos anos, estão fartos de incompreensões, muitas das quais simuladas e, acima de tudo, estão verdadeiramente perplexos ante a evidência do que os órgãos do governo, se não são os primeiros, encontram-se todavia sempre junto a todos aqueles que pelos seus atos não demonstram o respeito sagrado que se deve ter pelos textos legais, pelos princípios jurídicos, pela tradição e por tudo mais que torna o Teatro Brasileiro e o Serviço Nacional de Teatro, algo de respeitável e verdadeiramente importante para todos nós.

Aos democratas deste País é lícito esperar que S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Ministro da Educação e Cultura possa, com sua autoridade e o seu patriotismo, pôr fim a esses planos superficiais, sem conteúdo, que deixaram margem a inqualificáveis privilégios.

Pode, portanto, Senhor Senador, transmitir à S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro Tarso Dutra que poremos sempre à sua disposição nossas críticas construtivas e sincera colaboração, esta se solicitada.

Nossos calorosos aplausos pela iniciativa que Vossa Excelência tomar para o caso, em benefício do Teatro Brasileiro.

Esta é a nossa missão, fora do palco".

Eles, os de teatro, saem do palco para cumprir esta missão, e nós, os do Congresso, estamos a fazer, como se diz em linguagem teatral, a nossa ponta. Porque é preciso levar o calor do nosso apoio e penetrar nesse palco tremendo de injustiças que se processam, no momento, quando tanto esperávamos da direção do Serviço Nacional do Teatro, para que o Rio Grande do Sul fôsse atendido naqueles cinquenta mil cruzeiros novos que pede, para com eles realizar o milagre de uma expansão teatral que sirva de modelo para todo o País. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero a tribuna, para formular dois pedidos ao Sr. Presidente da República que venho de maior importância para a economia e a cultura do Estado de São Paulo. O primeiro refere-se à justa reivindicação de vários Municípios das regiões da Alta Sorocabana e Alta Paulista no sentido de que o Sr. Presidente da República determine, em caráter prioritário, a implantação da

BR-153, denominada a Rodovia da Integração Nacional, no trecho Ourinhos-Marília.

O apelo dos produtores e produtores zonas de produção do Estado de São Paulo, referente à importância da construção, em regime de prioridade, de 10 quilômetros de extensão, o que se refletirá sobre modo municípios como Ouricuru, Altinópolis e Campos Novos Paulista, grandes colhedores de produtos agropecuários, mas, porque desprovidos de auto-estradas, estão impedidos de escoar seus abundantes safios.

Além disso, e complementando o trecho Ourinhos-Marília na BR-153, virá efetivar a interligação do Centro-Oeste paulista com a Sorocabana e o Norte do Paraná, servindo a vasta região industrial e agrícola, beneficiando extensa região setentrional, uma vez que Ourinhos está situado no entroncamento dos Estados do sul do País.

A execução desta obra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, apresenta-se tanto mais viável quando sabemos que o Orçamento da União para o próximo exercício financeiro consignou ao D.N.E.R. recursos próprios destinados ao prosseguimento das obras da BR-153.

É um truismo afirmar-se que, sendo a função das rodovias ligar os centros de produção e de consumo, constituem elas, hoje, elementos indispensáveis ao incremento do progresso geral.

Dai po. que tem o Governo o dever de atender a estas finalidades, adotando critérios rigorosamente técnicos na execução de sua política rodoviária, levando em conta sobretudo a importância econômica das regiões por elas servidas.

Atendendo, pois, ao alto significado social e econômico do trecho Ourinhos-Marília na BR-153, confiamos em que o Chefe do Governo dispense a melhor atenção aos apelos que os habitantes daquelas zonas produtoras lhe endereçaram, no sentido de determinar prioridade para as suas obras.

O outro apelo que desejo fazer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se prende à conveniência e mesmo necessidade de se criar, com a maior urgência, na cidade de Marília, a tão reclamada Faculdade de Agronomia, cujos estudos tiveram início por parte dos Ministérios da Educação e Cultura e da Agricultura durante o governo Castello Branco.

Como já foi reconhecido pelas autoridades desses dois Ministérios, o ensino especializado de Agronomia, em Marília, virá atender a todo o Oeste paulista-Paraná, a Alta Paulista e a Alta Sorocabana, bem como às regiões do Norte do Paraná e Sul de Mato Grosso, vastas zonas identificadas pelo mesmo sistema geoeconômico, caracterizado pela sua apreciável riqueza agro-pastoril, possuidoras de um sem número de indústria de transformação em franco desenvolvimento, mas carentes de técnicos em Agronomia, o que pode determinar solução de continuidade nos seus índices de produção.

Cabe relevar, ainda, que a instalação de uma Faculdade de Agronomia, na cidade de Marília, contribuirá, por certo, para tornar menos agudo o problema de mão-de-obra agrícola naquela região que, apesar de subir a alguns milhares, é, ainda, reconhecidamente escassa em face das necessidades de expansão de sua crescente agricultura e que por isto está a reclamar a utilização de processos científicos no aproveitamento e desenvolvimento da terra.

Sede da zona fisiográfica que tem o seu próprio nome, a cidade de Marília ostenta, hoje, uma economia fundamentada, principalmente, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", com aproximadamente 2.500 propriedades agropecuárias, e uma área cultivada de mais de 42.000 hectares.

São estas atividades econômicas básicas do município, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nos induziram a solicitar junto ao Chefe da Nação a criação de providências solicitadas, de modo que o Município Costa e Silva virá ao encontro dos justos reclamos dos habitantes de inúmeros municípios da Alta e Alta Sorocabana, de todo o Oeste paulista-Noroeste e da Alta Paulista.

É o que tem a dizer. (Muito bem.)

O SR. DESIRE GUARANI:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Marinho.

Sr. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Desire Guarani.

O SR. DESIRE GUARANI:

Sr. Presidente, a revista Visão do dia 7 de setembro, revista aliás que tem idealizado vários projetos do Amazonas com muita precisão, e alguns deles já objeto de transcrição, a pedido nosso, nos Anais do Congresso, apresenta aquele que talvez seja a única fiança de Manaus, a revista "Visão" — ouza eu — em seu número número publicado, numa apreciação que faz da situação política de todos os Governos estaduais, o seguinte a respeito do Amazonas:

O Governador Elvindo Nunes, antigo servidor do Estado, que nunca teve licença ou projeto político, enfrenta hoje a denominada licitude do seu antecessor, Professor Arthur Ferreira Reis, que não esconde o desejo de voltar ao Executivo amazonense. O Governador Elvindo Nunes tem encontrado dificuldades na Arena e já iniciou conversações com o Senador Edmundo Levy, líder do MDB, para uma composição.

E o que diz a revista, textualmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é: "A oposição no Amazonas e a oposição em outros Estados, como elementos integrantes do MDB, a eleição do atual governador, demonstração essa que o MDB Partido traziam retirando-se, compadecendo, no plenário da Assembleia Legislativa no dia da aprovação por aquele Legislativo do único candidato indicado pelo então Governador do Estado para suceder-lhe. Entretanto não deixamos de trazer aqui nosso repúdio a essa notícia, notícia curta mas concentrada de invencíveis, notícia curta mas concentrada de indicações que togem por completo a realidade. Podemos dizer que, Senhor Presidente, parodiando uma frase muito citada, que "nunca se viu tantas inverdades concentradas numa notícia tão pequena".

Começa com um erro completo, absoluto, total, imperdoável, a que nos, amazonenses, representantes do Estado no Congresso, deixamos, aqui, nosso protesto. É um desconhecimento total, completo a pessoa do Governador do Estado. Começa por não se chamar o Governador do Estado do Amazonas Elvindo Nunes; nem se sabe se esse cidadão existe. O Governador do Estado do Amazonas se chama Danilo Duarte de Matos Areosa.

Então, é um erro imperdoável, inqualificável que nós, do Amazonas, repudiamos, embora sendo oposição ao atual Governador, porque, como representantes do Estado, não concordamos, não admitimos que uma revista do porte de Visão publique notícia tão errada, que fere mesmo os brics do povo amazonense, errando por completo, desvirtuando totalmente, até o nome do Governador daquele Estado.

Logo em seguida, depois de errar o nome do Governador, depois de dar o nome de uma pessoa que nem se sabe se existe, diz que "ele é antigo servidor do Estado".

Ora, o atual Governador amazonense nunca foi funcionário público;

sempre foi comerciante. Não tem nenhuma ligação de emprego público, não sabemos como essa notícia, sobre uma notícia tão errada, que deixa tão mal a divulgação do Estado do Amazonas.

O Sr. Edmundo Levi — V. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

O SR. DESIRE GUARANI — Com licença, Senador Edmundo Levi.

O Sr. Edmundo Levi — V. Ex.<sup>a</sup> não está presente em vir a tribuna para assumir as responsabilidades pela divulgação dessa notícia e não se pode e não se deve, sobretudo para os responsáveis por essa revista, uma notícia tão inverídica como esta. V. Ex.<sup>a</sup> não muito bem, a notícia começa a falar pelo nome que dá ao Governador. O Sr. Senador Desire Guarani nos lembra que o Sr. Governador do Amazonas é um homem modesto, que não teve projeção política e mesmo como comerciante nunca foi um grande comerciante, mas todo mundo sabe que o Sr. Governador do Amazonas foi eleito em fins de setembro do ano passado, foi um dos beneficiários desse sistema imposto no Brasil, de eleições indiretas. Pessoalmente tenho as melhores relações com o Governador Danilo Duarte de Matos Areosa, meu amigo particular. Politicamente, não temos nenhum entendimento com o Sr. Ex.<sup>a</sup> (V. Ex.<sup>a</sup> não está presente). Sr. Senador Edmundo Levi, com conversações com S. Ex.<sup>a</sup> para um entendimento político. V. Ex.<sup>a</sup> com meu companheiro de banco da já devoto observado que nenhuma atitude tome que envolva o partido, sem antes conversar com meus pares. Um ou duas vezes em que tive oportunidade de conversar com o Sr. Governador sobre assuntos de política financeira após entendimentos com meus colegas. Essa é uma notícia inverídica, com o objetivo não sei. É uma notícia apócrifa, porque o representante da Visão no Amazonas é o nosso brasileiro amigo Felipe Dau.

O SR. DESIRE GUARANI — Com licença, Sr. Presidente, na reação dos colegas.

O Sr. Edmundo Levi — ... e não dá a uma notícia dessas, citando o Sr. Elvindo Nunes, que ninguém sabe quem é, ou se ao menos existe, como Governador do Estado. O que fazemos no Amazonas, eu e V. Ex.<sup>a</sup> que estamos na oposição, é conduzir-nos de tal sorte, que não confundamos os interesses partidários com os interesses públicos do Estado. Não fazemos política de tupiniquins, de bodequês, não fazemos oposição sistemática. Toda vez que há necessidade de um combate ao que nos parece errado na atitude do Governo, agimos por vezes violentamente, mas sempre dando o nosso apoio, a nossa compreensão quando se trata de um projeto, de uma orientação, de uma atitude, de um objetivo maior para o Estado. Mas isso não implica compreendê-lo, que o Governador do Estado esteja ali como homem que realiza negócios seus, negócios particulares ou de grupos, mas assim como gestor de negócios públicos, como representante dos interesses de toda a coletividade. Entendemos que oposição também é Governo, porque fiscaliza atos do Governo. Então agimos assim, dando apoio ao Governador nas medidas certas e combatendo-o em tudo que nos parece errado. Desta maneira, nobre Senador, solidarizo-me com V. Ex.<sup>a</sup> no instante em que vem protestar contra essa notícia que, sobre ser falsa, é errônea.

O SR. DESIRE GUARANI — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Edmundo Levi, e desejo na oportunidade fazer uma retificação nos comentários que teço a respeito dessa notícia.



Declarar que essa notícia traz inverdades desde a primeira linha até a última. A retificação é de que contém uma verdade, talvez apenas uma: é quando diz que o nobre Senador Edmundo Levi e Líder do M.D.B. Da falta a revista al reconheceu um fato real, o Senador Edmundo Levi e o Presidente do M.D.B. Seção do Amazonas, e líder do partido naquele Estado.

O Sr. Edmundo Levi — Sou apenas um companheiro de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Mas ainda fazendo comentários a respeito dessa notícia, não se trata de inverdades e tão resumida de dados falsos, faz esta referência a hostilidade entre o atual Governador e aquele que o indicou para o lugar. É proibida que não me compete analisar, mesmo porque não pertence a agremiação partidária a que estão vinculadas aquelas duas pessoas e que decidiram quanto à eleição do atual Governador.

Mas não posso deixar de fazer a referência à indicação de que o Ex-Governador do Amazonas não se conde o desejo de voltar ao Executivo amazonense. Ele pode não esconder este desejo mas que tem um pavor pânico de ir a Manaus, sem estar munido do mandato de Governador, isto é, tem. Tanto é assim que, desde que deixou o Governo, jamais voltou a Manaus, embora convidado, especial — com passagens a sua disposição — para ir pronunciar conferência no VII Congresso de Municípios, realizado em Manaus. Não compareceu, porque, sabe que não tem condições morais para voltar à terra onde praticou tanta injustiça; não tem condições para pronunciar conferência sobre municipalismo, num Estado onde ele extinguiu centenas de municípios, prejudicando o Estado em bilhões de cruzeiros.

Enquanto fazia isto, fincava placas ao longo da Estrada Manaus-Itacoatiara onde, ainda hoje se encontram.

Divulgou o fato na ocasião, por todo o País, pagando, regidamente, as revistas que fizeram a publicidade do assunto. Marcou, com placas de cimento, cidades fantasmas — pois não existem às quais deu o nome de Cidade de Mauá e Cidade Tavares Bastos. Afinal se constituem em apenas um marco de cimento dele, constando o nome da cidade e a margem da Estrada Manaus-Itacoatiara, dentro do mato.

Tão envergonhados ficaram os inauguradores dessas cidades fantasmas que não colocaram os nomes daqueles que compareceram ao seu ato de inauguração e isto depois de terem sido extintos mais de duas centenas de municípios, sob a alegação de que eram municípios fantasmas. Com este ato prejudicou o Amazonas, em muitos bilhões de cruzeiros. Enquanto isto — estes fatos eu os repito, porque, foram por mim relatados na ocasião, em outubro ou novembro de 1964 e criticados na tribuna desta Casa — ele entregou vultosas obras públicas a uma firma falida por contratos feitos à socapa, sem nenhuma regulamentação, sem nenhuma norma legal, contratos em que houve dispensa de qualquer concorrência ou tomada de preços. Tal foi feito sob a alegação de que havia urgência na conclusão da obra. Esta foi entregue a uma firma que falhou na execução da execução dos contratos. Assim, logo em seguida ao recebimento de vultosas importâncias para o início da obra, em que se entregou bilhões de cruzeiros do povo amazonense a uma firma que falhou em plena execução das obras, sem haver nos contratos, qualquer cláusula que impusesse qualquer penalidade à firma pela não conclusão das obras.

O fato está custando uma fortuna, em despesas desnecessárias, a economia atual não é. Trata-se de ponte, pela qual passa quase todo o tráfego de Manaus que se destina ao aeroporto, a Manaus, ao moinho de trigo e a dois bairros dos mais populosos. Esta ponte está inacabada, desde fins de 1964 e vem obrigando, há três anos, a um desvio de tráfego da oitenta por cento dos veículos. O que isto tem custado de perda de tempo e de preço de combustível é superfluo, muitas vezes, aqueles bilhões de onerosos gastos com esta obra inacabada e com a firma falida, logo em seguida à assinatura dos contratos. Este o prejuízo que o ex-Governador do Amazonas causou ao seu Estado. Ele tem consciência disto. Tanto tem que lá não mais voltou, desde o dia em que deixou o cargo. E duvidou que ele volte, a não ser munido de um mandato que lhe garanta sua integridade física, porque tem medo de ser punido. O seu temor o leva a verdadeira pânico em virtude das injustiças que praticou e das responsabilidades que permitiu, num desvio escandaloso de dinheiros públicos, em favor de uma firma completamente falida, que não executou nenhum dos contratos que assinou durante a sua administração.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação a esta notícia, ainda reiteradamente a um acordo que já foi demandado — tínhamos certeza disto — entre o atual Governador e o Presidente do MDB no Amazonas, Senador Edmundo Levi, tenho a dizer, simplesmente que o MDB do Amazonas foi uma das poucas seções estaduais do partido que tiveram aumentado, em 10%, a representação estadual, em virtude das eleições de 15 de novembro último.

O MDB tinha, no plenário da Assembleia Legislativa, 7 Deputados. Depois das eleições, passou a ter 10 Deputados, reelegendo todos os que tinham assento naquela Casa e se candidataram à reeleição, em número de 5, e elegendo outros 4 que provinham da Câmara de Vereadores da Capital e 1 do município de Manacapuru, onde foi Prefeito. Os outros dois deputados estaduais do M.D.B. se candidataram e foram eleitos para a Câmara Federal, onde um do Amazonas, é vice-líder do partido, o Deputado Bernardo Cabral, e o Deputado Joel Ferreira. Hoje, o MDB do Amazonas que saiu das eleições de novembro último com 10 Deputados, num sistema de dois partidos, tem 11 Deputados, porque o Deputado Teomário Costa, que foi Secretário de Saúde na mesma ocasião em que o atual Governador era Secretário da Fazenda, largou a ARENA, oficialmente, nos primeiros dias de setembro e ingressou, também oficialmente no MDB.

No plano federal, vimos que foi um Deputado do MDB que ingressou na ARENA. Desconhecemos outro exemplo, em qualquer dos outros Estados da Federação, de um Deputado que tenha largado oficialmente o seu partido do Governo, a ARENA, e ingressado no MDB.

Como salientou o nobre Senador Edmundo Levi, no Amazonas, não fazemos oposição tupiniquim, mas sim nos casos em que os atos da administração estadual não estejam correspondendo aos interesses do povo, dentro do entendimento dos Deputados do MDB. Mas apoiamos todas as reivindicações que dizem respeito ao desenvolvimento do Amazonas, tenham elas que ser apoiadas e aprovadas pela Assembleia Legislativa ou dependam de iniciativa ou de apoio do Governo Federal.

Esta a orientação que temos e que tem sido desenvolvida pelo MDB do Amazonas.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com toda a satisfação.

O Sr. Lino de Mattos — Além, convém que se registre ser esta a orientação nacional do Movimento Democrático Brasileiro. Nós não fazemos oposição pelo prazer, pela satisfação de sermos contra — sempre que o Governo acerta nós não temos dúvida em aplaudir-lo. Foram diversas as manifestações de colegas nossos, nesta Casa do Congresso, aplaudindo atos acertados do Governo do Governador. Não faz muitos dias, um dos nossos atuais Senadores, o Sr. José Ermírio, teve a oportunidade de ocupar a tribuna para saudar, num ato de reconhecimento, a política adotada pelo Itamarati sobre alguns aspectos que merecem nosso aplauso, porque coincide, exatamente, com a nossa pregação. Quero, nesta oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me está conferindo, através deste aparte, congratular-me com o MDB do Amazonas pelo feito verdadeiramente excepcional do Deputado estadual que, eleito pela ARENA, passou a integrar o MDB.

Frisou V. Ex<sup>a</sup>, com muito acerto, que se tratava, talvez, do primeiro caso no Brasil. Tem acontecido o contrário; eleitos pelo MDB, não resistiram às vantagens de ficarem sob o amparo governamental e nos abandonaram, passando, de armas e bagagens, para a ARENA. São Paulo também teve a oportunidade de eleger um número elevado de Deputados estaduais à bancada do MDB, na Assembleia Legislativa, que, de 28 parlamentares, passou, na presente sessão legislativa, para 53. Mas perdemos, oficialmente, três Deputados, já integrantes da bancada da ARENA. Porém, mesmo assim, estamos em representação numerosa e também de qualidade.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Agradeço sensibilizado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lino de Mattos, e na Mensagem à imprensa desejo consignar nossa satisfação pela referência de que a conduta do MDB do Amazonas está em consonância com a orientação e com as diretrizes do MDB nacional, mesmo porque, se não fosse assim, a seção do MDB do Amazonas não estaria agindo de acordo com essa política. São tais diretrizes partidárias que dão orientação aos integrantes do MDB do Amazonas, que têm sua linha de conduta norteada pela determinação e pela orientação do Diretório Nacional e pelo órgão máximo do Partido.

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Concedo o aparte ao meu ilustre opositor em todas as nossas campanhas políticas no Amazonas, embora isso meu cordial amigo.

O Sr. Flávio Brito — Não me poderia omitir neste pronunciamento dos nobres Senadores Desiré Guarani e do nosso Presidente do MDB do meu Estado, porque somos testemunhas, sendo nós o único Senador da Arena nesta Casa, de que, realmente, têm defendido os interesses do Estado e como bem disse o Senador Edmundo Levi, todas as vezes que há o interesse do Estado, praticamente desaparecem os dois partidos; existe, sim, uma só representação unida em defesa dos interesses do Amazonas. A respeito do que V. Ex<sup>a</sup> leu na revista "Visão" — é lamentável que isto aconteça, mas fica imensamente grato pelo governador do meu Estado, que é do meu partido, pela defesa que o nobre Senador Desiré Guarani, da Oposição, tem exigido mesmo que a Revista volte a corrigir este erro, porque todos nós consideramos e sabemos da importância e do trânsito que tem esta revista, não só no País como, no exterior. Sobre o outro assunto que V. Ex<sup>a</sup> tão bem explicou, só tenho a dizer que foi um temporal que passou pelo Estado como agora está passando

do esse furacão por todo o Brasil. Naquela época passou também por Manaus o Governador do meu Estado, Edmundo Levi, tudo o que V. Ex<sup>a</sup> disse do Governo passado em verificação. Sou um dos prejudicados, mas me dá o Barro da Cachoerinha, eu testemunho do transtorno que tem causado aquela ponte, pois que existia, com mais de 100 anos, prestava ainda muitos serviços, e o Governador do Estado, julgando que a engenharia moderna poderia melhorar a ponte, pôs a situação e finalmente a existente poderá ser entregue, novamente, ao trânsito. Tenho a declarar aos meus colegas a lição com que o M.D.B. trabalha com os interesses do nosso Estado e da Amazônia. Era o aparte que queria dar.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com umensamente grato e profundamente sensibilizado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Excelência, Sr. Senador Flávio Brito, registro, de forma especial, a referência que V. Ex<sup>a</sup> fez à administração anterior, do ex-Governador do Amazonas, ratificando de forma a imprensa as referências que fiz de verdadeiramente prejudiciais ao Amazonas, praticadas durante a administração anterior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com satisfação verifico que a totalidade da Bancada dos Amazonas nesta Casa, pelos seus três representantes, manifesta sua estranheza diante das inverdades e dos fatos inverdadeiros, condenados nessa notícia curta, completa de fatos que não correspondem à realidade amazônica, com exceção, apenas daquele trecho que diz que o nosso companheiro, Senador Edmundo Levi, é líder do M.D.B. no Amazonas.

Termino minhas palavras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, repeto, para que fique consignado o nome certo, o nome real, o nome combatido do atual Governador do Amazonas, na esperança de que os redatores dessa revista tenham conhecido deste nosso pronunciamento, ao menos pela leitura do Diário do Congresso Nacional — ele se chama Flávio Duarte de Mattos Areca. (Bom bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Moura Palha.

Sua Excelência não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Moura Palha.

O SR. MOURA PALHA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ótimos tantos e dramáticos problemas que atigem a terra e o povo do País, graças à máculas do seu atual governante, cujos últimos atos já o mergulharam no descontento dos que o elegeram e se afunda dia a dia na impopularidade que não pode mais ser contida, tive a oportunidade de abordar, nesta Casa, no mês passado, aquele que, pela sua envergadura, dimensões e consequências, está afetando a paz social e abalando os alicerces da estrutura estatal.

Refiro-me, mais uma vez, ao estado de calamidade a que chegou a situação da Justiça, cujos vícios nos quadros máis se espalham cada vez que passa, com novos pedidos de renovação de seus membros, uma ameaça terrível de seu sepultamento definitivo.

Posso afirmar que grande parte do Estado é, hoje, convite ostensivo ao crime e violação de direitos, pois é o que o Governo que, intencionalmente, criminosamente indiferente à realidade que só ele tem em desobedecer, escancara, impiedosamente, portas do caos em que quer ver lançado o mais nobre dos Poderes, o Judiciário — e estimula o fortalecimento da prostituição da Justiça.

que se encontra barreira intransponível na honradez dos Juizes da minha terra.

E preciso, Sr. Presidente, conhecer, como eu conheço, o cotidiano dos que tiveram a veleidade de bem e honestamente servir o meu estado servindo à Justiça, para poder equilibrar a grandeza de sentimentos desses bravos, que têm na presença do seu Ilustre Presidente, o eminente Desembargador Aluizio Leal, o seu símbolo autêntico, em cuja fonte ativa transpirante do mais puro sacerdócio, o Governo, perversamente, implantou a coroa de espinhos da sua indiferença, do seu menosprezo, à própria Justiça que ele encarna no que de mais digno ela pode ter.

Acreditei, — e como fui ingênuo — que com o meu discurso neste Senado, trazendo à Nação, desta tribuna, que é a mais expressiva, politicamente, o testemunho da denúncia, que a honesta, cristã e patriótica, conseguisse sensibilizar o governador do meu Estado, já não digo como recentemente, que está emperreco, mas como ser humano, servido pela solidariedade que nos distingue dos tiranias.

Nada, desgracadamente, nada, obtive. Como também, nada, desgracadamente, nada, obtiveram os próprios desembargadores a quando da reunião convocada pelo próprio Governador, na semana passada. Nesses instante, quando, inequivocamente, também, acreditavam ter abalado a montanha, foram recebidos por um gráfico de receita e despesa que é sempre discutido tanto mais quando adere preparado através do qual um governador com "não é possível", não é possível, despedir-se.

O que causa, porém, estranheza, Senhor Presidente e Srs. Senadores, é que esse gráfico não foi obstáculo à compra de uma casa de veraneio pelo governador por muitos milhões bem como a de um avião de autentico tamanho, por 300 milhões, com o qual optaram os jornais, bem como a manutenção, combustível, pilotos, comandantes, telegrafistas, e, etc., está a consumir cerca de 10 milhões mensais. Si não mais. E de turismo não tem, pois que, nem todos, aliás, pequeníssimos são os municípios do Pará, dotados de campo de pouso e, portanto, esse avião quase nenhum interesse administrativo vai emprestar ao Estado. Por outro lado, a despesa com o decantado gráfico — pelos secretários continuam em passeio pelas terras e pelos céus da América e Europa, e o Governador, tão cioso dos dinheiros públicos, nenhuma providência até hoje tentou, no sentido de recuperar os milhões desviados pelo ex-diretor de Trânsito em conculcância com o Chefe de Polícia, Senhor Onildo Raposo e José Maranhães, ambos corruptos, ou talvez por isso mesmo, estes dois chefes prestação de contas e transformando a sindicância que consistia na prevaricação, em inquéritos regulares, com o que compeliu a volta dos dinheiros roubados ao erário e os puniria à luz da lei penal.

Interessante, apesar de fato público e notório, publicado por toda a imprensa de Belém: apesar das reiteradas solicitações da Assembléia Legislativa dessas sindicâncias, em original até hoje o Cel. Governador, mantendo-se irredutível, quedo e mudo às solicitações, omissos nas punições, o que impõe ao fato, flagrantemente responsável, por omissão, que também constitui crime à luz da lei.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: — No meu discurso anterior fui apertado pelo nobre eminente colega, meu querido amigo particular, Senador Celso Pinheiro, que tem no meu apreço na minha estima e consideração, tentando contestar, com a inteligência e brilho que o caracte-

lizavam, procurou opor ligeira defesa ao Governador Aluizio Nunes, no momento em que recebi, palidamente embora, o cuidado, o carinho mesmo, com que tratou, quando Governador do Estado, a Justiça e o Exmo. Sr. Juiz Desembargador, atual Juiz do Trabalho do Estado, dentre outros muitos o caso de não ter sido multado e punido pelo Governador Federal, na extensão do seu mandato.

Faltava o eminente Senador Marinho Rêgo, com toda a sua autoridade, alçada e qualidade de líder nesta Casa, um discurso felicíssimo, como, de resto, são todos aqueles com que enriquecem os anais deste Senado, demonstrando a saciedade, o equilíbrio contido no referido aparte, o que veio entretanto, com elegância para mim, o rescaldo que, instigantemente, procurei sintetizar, dando a César o que é de César, sem embargo de sermos adversários políticos, competidores que fomos a cadeira do Senado nas últimas eleições, o que, por isto mesmo, dá ao meu depoimento todo o cunho de sincera insuspeição. E isto mesmo sentido reafirmado, quando, em Belém, quando visitei, informalmente, o Excepcional Tribunal de Justiça ao ouvir de desembargadores o mesmo conceito e o reconhecimento pelos 3 juzes de vencimento no decorrer nos poucos meses do seu governo, o último dos quais substancial, ao passar de 200 cruzeiros para 550, com o que, a época, satisfizeram-se plenamente. Nesse instante, também, foi lembrado, o início da construção do edifício condigno, à altura e merecedade do Poder Judiciário, hoje, repito, um sonho de fênix. Desfeito pelo atual Governador. Porém, Sr. Presidente: se o meu pronunciamento anterior não teve forças para atingir suas finalidades, sensibilizando o Governador Aluizio Nunes em busca da salvação da Justiça do Pará, que esta morrendo em agonia lenta; se os gráficos tão pressurosamente exigidos, em forma de bandido, impediram o atendimento das legítimas e sagradas reivindicações da Justiça; mas que desapareceu, por encanto, quando se trata de tender e tender os demais órgãos, como por exemplo, agora mesmo em que o Poder Legislativo Estadual majorou para dois milhões de cruzeiros os subsídios dos seus ilustres Membros, com a ausência do governador que não impõe nenhuma restrição, limitando-se a cruzar os braços e declarar aberta a questão, — disposto, assim a pagar o aumento — quando os desembargares, escalas mais alto na Justiça pleiteiam apenas, um milhão e meio pretensão comovedoramente modesta: talando a esmola; se o Governador preferiu ignorar o meu modesto pronunciamento que consubstanciou, apenas, um apelo respeitoso com o pensamento voltado para o equilíbrio e a paz social ameaçados; se o Governador preferiu ignorar a existência, ou melhor, de um Poder que só os nobres, cultos, educados e intelectualizados, dotados de formação cristã, humana e humilde, tem entrada livre e que por isso mesmo, só os que em igualdade de virtudes podem compreender e sentir-lhes a grandeza de sua missão e pureza de seus sentimentos — obtive eu, do Poder Judiciário da minha terra, como autêntica graça de Deus, com o mais profundo e comovido orgulho, sem esquecer a humildade com que Deus me fez, embora inerecida recompensa pela detersa em que estou empenhado, o documento que vou passar a ler, firmado pelo nobre Presidente do Tribunal de Justiça:

Of. nº 461 — Belém, 8 de setembro de 1967

Senhor Senador:

Acuso, nesta data, o recebimento de sua carta através a qual encaminhava a esta Presidência o "Diário do Congresso", de 15 de agosto p'passado, que publica o seu oportuno e notável pronunciamento a respeito da situação do Poder Judiciário.

Aqui deixo os maiores agradecimentos, não só em meu nome, o nome como no do Poder Judiciário do Estado, que, embora sob o peso das dificuldades, com o apoio de todos os seus membros, mantém a dignidade e o alto conceito que sempre mereceu da opinião pública paranaense e brasileira.

E, para seu conhecimento, informo, inclusive o ofício da Presidência a respeito do Exmo. Senador Celso Pinheiro do Estado.

No caso, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

At: Aluizio da Silva Leal  
Presidente do T.J.E.

O ofício encaminhado ao Governador do Estado é do seguinte teor:

(Lr)

Of. nº 461 — Belém, 5 de setembro de 1967

Senhor Governador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que esta Presidência, de acordo com os Exmss Srs. Desembargadores, deliberou enviar a Vossa Excelência a inclusa tabela que regula os vencimentos pretendidos para a magistratura do Estado, ao lado dos atuais provenientes.

Senhor Governador: é bem do conhecimento a série crise que atravessa a Justiça do Pará, sem repetição, inclusive, no Supremo Federal, sendo uma das principais causas os parcos vencimentos recebidos pelos magistrados, cuja reformulação se faz, realmente urgente e necessária.

Inscrições ao concurso para Juiz de Direito de Primeira Instância têm sido abertas e, embora mais de uma vez prorrogadas as provas, o número de candidatos e inscrites, aliás, a maior a para Juizes, continuando o elevado número de Comarcas vagas. Juizes e Pretores têm pedido aposentadoria e exoneração, tornando cada vez mais vexatório esse estado de coisas, sem justiça, triste para o alto conceito em que sempre foi tida a Justiça do Pará.

Assim, Senhor Governador, o Tribunal de Justiça do Estado, como cúpula do Poder Judiciário paranaense, conta com a integral compreensão de Vossa Excelência para esta mensagem, em todos os sentidos, justa e merecida.

No ensejo, aprez-me renovar a Vossa Excelência, Senhor Governador, os meus protestos da mais elevada estima e distinguida consideração.

As) Aluizio da Silva Leal, Presidente do T.J.E.

seu oportuno e notável pronunciamento a respeito da situação do Poder Judiciário.

Aqui deixo os maiores agradecimentos, não só em meu nome, o nome como no do Poder Judiciário do Estado, que, embora sob o peso das dificuldades, com o apoio de todos os seus membros, mantém a dignidade e o alto conceito que sempre mereceu da opinião pública paranaense e brasileira.

E, para seu conhecimento, informo, inclusive o ofício da Presidência a respeito do Exmo. Senador Celso Pinheiro do Estado.

No caso, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

At: Aluizio da Silva Leal  
Presidente do T.J.E.

O ofício encaminhado ao Governador do Estado é do seguinte teor:

(Lr)

Of. nº 461 — Belém, 5 de setembro de 1967

Senhor Governador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que esta Presidência, de acordo com os Exmss Srs. Desembargadores, deliberou enviar a Vossa Excelência a inclusa tabela que regula os vencimentos pretendidos para a magistratura do Estado, ao lado dos atuais provenientes.

Senhor Governador: é bem do conhecimento a série crise que atravessa a Justiça do Pará, sem repetição, inclusive, no Supremo Federal, sendo uma das principais causas os parcos vencimentos recebidos pelos magistrados, cuja reformulação se faz, realmente urgente e necessária.

Inscrições ao concurso para Juiz de Direito de Primeira Instância têm sido abertas e, embora mais de uma vez prorrogadas as provas, o número de candidatos e inscrites, aliás, a maior a para Juizes, continuando o elevado número de Comarcas vagas. Juizes e Pretores têm pedido aposentadoria e exoneração, tornando cada vez mais vexatório esse estado de coisas, sem justiça, triste para o alto conceito em que sempre foi tida a Justiça do Pará.

Assim, Senhor Governador, o Tribunal de Justiça do Estado, como cúpula do Poder Judiciário paranaense, conta com a integral compreensão de Vossa Excelência para esta mensagem, em todos os sentidos, justa e merecida.

No ensejo, aprez-me renovar a Vossa Excelência, Senhor Governador, os meus protestos da mais elevada estima e distinguida consideração.

As) Aluizio da Silva Leal, Presidente do T.J.E.

Vencimentos Atuais

	NCr\$
Desembargador	800,00
Juiz de Direito de 2ª Entrância	600,00
Juiz de Direito 1ª Entrância	540,00
Pretor de Capital	500,00
Pretor do Interior	350,00

Vencimentos Pretendidos

	NCr\$
Desembargador	1.500,00
Juiz de Direito de 2ª Entrância	1.250,00
Juiz de Direito 1ª Entrância	1.000,00
Pretor de Capital	900,00
Pretor do Interior	800,00
Representação do Presidente do Tribunal	300,00
Idem, do Vice-Presidente	200,00
Idem, do Corregedor Geral da Justiça	200,00

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Muito bem!)

## COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Alilton Trindade  
Sebastião Archer  
Arnold de Melo  
José Leite  
Marcello de Alencar  
Gilberto Marinho  
Moura Andrade  
João Abalado (8).

### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Leal) — Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

### E' lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 777, DE 1967

Sr. Presidente

Considerando que o Brasil é um dos principais mutuários do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD — com uma participação superior a 496 milhões de dólares;

Considerando que o Brasil integra, também, o Fundo Monetário Internacional — FMI;

Considerando que no dia 25 do corrente mês deverá instalar-se, no Rio de Janeiro, a XXII Reunião do BIRD e do FMI;

Considerando, finalmente, a conveniência do Senado Federal estar presente a esse conclave com alguns observadores que acompanhem o desenvolvimento dos trabalhos;

Requeiro, ouvido o plenário, seja designada uma Comissão, integrada por 3 senadores, os quais deverão acompanhar, como observadores, os trabalhos da XXII Reunião do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional a se instalar, no Rio de Janeiro, no dia 25 do corrente mês.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Leal) — De acordo com o art. 252-B, nº 1, do Regimento Interno, o requerimento será objeto de deliberação ao fim da ordem do dia.

### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Leal) — Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

### E' lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 778, DE 1967

Sr. Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, o seguinte pedido de informações:

1º — Qual a diferença de atribuições entre a Delegação chefiada pelo Embaixador Sérgio Corrêa da Costa e a que tem como chefe o Sr. Henriques Brandão Cavalcanti, ambos designados para atuarem junto à Comissão Interamericana de Energia Nuclear e a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América do Norte?

2º — Qual a razão de uma Delegação ter sido nomeada pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores e outra pelo Sr. Ministro de Minas e Energia quando o problema, pela sua natureza internacional, deve ser de exclusiva competência do Itamarati?

3º — Cada uma das referidas Delegações é composta de quantos membros e quais os recursos financeiros atribuídos a cada integrante?

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Vamos fazer uma inversão na pauta dos nossos trabalhos, em virtude de o primeiro projeto requerer votação secreta.

Item 2, da Ordem do Dia:

*Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 26, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 30-A de 1967, na Casa de origem, que aprova o texto do Decreto-lei número 328, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea b do art. 1º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 570, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.*

A discussão do projeto foi encerrada em sessão anterior.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1967**

*Aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967*

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea b do art. 1º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Item 3:

*Votação, em turno único, do Requerimento nº 738, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, de informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a existência, no Banco do Brasil, de créditos tendentes a oferecer estímulos às fábricas nacionais de máquinas e implementos agrícolas com maioria de capital pertencente a brasileiro e também a estrangeiros e ampliação de prazo de resgate dos financiamentos de tratores e implementos agrícolas concedidos a lavradores.*

A discussão do requerimento foi encerrada em sessão anterior.

Em votação.

O SR. LINO DE MATTOS — Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

**O SR. LINO DE MATTOS:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não tenho dúvida de que a Casa vai aprovar o requerimento. Quero apenas insistir na importância da matéria. A indústria automobilística brasileira está num crescendo que todos reconhecem — crescendo quanto à produção e crescendo quanto ao preço dos veículos, que aumenta constantemente.

Hoje somos, no mundo, o décimo segundo produtor de veículos. Produzimos no ano passado, mais de um milhão e quinhentas mil unidades — entre automóveis, caminhões, ônibus, etc. Essa indústria nasceu e cresceu sob o amparo governamental, isen-

contra os quais não houve grande oposição porque o nosso sentimento nacionalista aconselhava amparo a uma indústria que se estava fixando.

Mas, ao longo dos anos em que tenho a honra de representar São Paulo nesta Casa do Congresso, insisti sempre em que, ao lado do amparo à indústria automobilística propriamente dita, isto é, fabricação de automóveis para passageiros, de caminhões para transporte de mercadorias e ônibus para transporte coletivo, havia necessidade de amparar a indústria de tratores para cuidar da terra, ajudar a lavoura a produzir. Este amparo ou foi negado ou não houve interesse maior, porque se trata de produto para ser vendido a uma classe reconhecidamente pobre, incapaz, financeiramente, de oferecer mercado bom para a indústria, razão pela qual ficou a matéria relegada a um segundo plano.

Desejo saber, a esta altura, o que está acontecendo no setor da indústria de tratores; qual o amparo que o Governo está oferecendo. E, para aqueles lavradores que compraram tratores facilitados e que estão em dificuldades para pagá-los, pergunto eu, através do Ministério da Fazenda, se o Banco do Brasil recebeu instruções para ajudar essa gente, para amparar esses lavradores.

Quero, Sr. Presidente, que este meu encaminhamento da votação acompanhe, como justificação, o requerimento que em seguida será votado pela Casa o qual, tenho certeza, será unanimemente aprovado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feito o expediente necessário.

E o seguinte o requerimento aprovado:

**REQUERIMENTO Nº 738, DE 1967**

Senhor Presidente:

Requerio, na forma regimental, seja encaminhado ao Excmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º. Existem algumas providências, no âmbito do Banco do Brasil, ou de outros órgãos federais de crédito, tendentes a oferecer estímulos às fábricas nacionais de máquinas e implementos agrícolas, com maioria de capital pertencente a brasileiros?

2º. Existem providências semelhantes em relação a fábricas com maioria de capital pertencente a estrangeiros?

3º. Existem, ainda, determinações, ou estudos, no Banco do Brasil, que visem a ampliar o prazo de resgate dos financiamentos de tratores e implementos agrícolas concedidos a lavradores?

Sala das Sessões 28 de agosto de 1967. — Lino de Mattos.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Item 4:

*Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1964, de autoria, do Sr. Senador Bezerra Neto, que estabelece normas para a remessa e tramitação no Congresso Nacional dos tratados e convenções celebrados pelo Presidente da República, tendo Pareceres sob nºs 536, 537 e 538, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento — favorável com o substitutivo que oferece; 2º pronunciamento — pelo arquivamento do Projeto e do substitutivo: — de Relações Exteriores; pela audiência da Comissão de*

Constituição e Justiça, por existência de nova Constituição Federal.

A discussão foi encerrada na sessão anterior.

A Comissão de Constituição e Justiça examinando o projeto manifestou-se pelo seu arquivamento bem como pelo arquivamento do seu substitutivo.

Tendo a discussão sido encerrada em sessão anterior, vamos proceder à votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto será arquivado.

E o seguinte o projeto arquivado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1964**

*Estabelece normas para a remessa e tramitação no Congresso Nacional dos tratados e convenções celebrados pelo Presidente da República.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os tratados e convenções celebrados com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República e que na forma dos arts. 66 e 87, VII, da Constituição, dependem de solução definitiva do Congresso Nacional, deverão a este ser enviados no prazo de 30 (trinta) dias de sua assinatura.

Art. 2º O não cumprimento do disposto no artigo anterior suspenderá os efeitos dos tratados ou convenções.

Parágrafo único. A sanção referida neste artigo não se efetivará pela ocorrência de motivo de força maior, que deverá ser comunicada ao Congresso Nacional dentro do prazo do artigo primeiro.

Art. 3º A Câmara dos Deputados que primeiramente apreciará o tratado ou convenção encaminhado em mensagem presidencial, deliberará a respeito do instrumento no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento.

Art. 4º Expirado o prazo de que trata o artigo terceiro, sem deliberação definitiva, considera-se aprovada a matéria, que será remetida ao Senado Federal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Não havendo deliberação definitiva da Câmara e nem a remessa prevista neste artigo, a mesa diretora do Senado, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes, e com os elementos constantes do Diário do Congresso Nacional, promoverá a formação do processo para a tramitação do correspondente projeto de decreto legislativo.

Art. 5º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, após as providências determinadas no parágrafo único do artigo 4º, sem que haja sido votado pelo Senado o projeto de decreto legislativo considera-se aprovado o instrumento, objeto de apreciação.

Art. 6º Os regimentos das duas Casas do Congresso Nacional, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei serão adaptados para a aplicação das presentes normas.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Item 5:

*Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 8-B-67 na Casa de origem), que aprova o Acórdão entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância — (FISI),*

assinado em Nova Iorque, em 28 de março de 1966, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 519, 520, 521 e 522, de 1967, das Comissões — de Relações Exteriores, — de Educação e Cultura, — de Saúde e — de Finanças.

A discussão foi encerrada em sessão anterior.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1967**

(Nº 8-B-67, na Câmara)

*Aprova o Acórdão entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISI), assinado em Nova Iorque, em 28 de março de 1966.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do art. 47, item I, da Constituição Federal, o Acórdão entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISI) e o Governo do Brasil, firmado em Nova Iorque, em 28 de março de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Item 6:

*Votação, em turno único, do Requerimento nº 717, de 1967, pelo qual o Sr. Desiré Guarani solicita informações a serem prestadas pelo Banco do Brasil (Carteira de Comércio Exterior).*

Este requerimento teve a sua discussão encerrada em sessão anterior.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e será feito o necessário expediente.

E o seguinte o requerimento aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 717, DE 1967**

Requeiro à Mesa, na forma regimental, que se oficie ao Ministério da Fazenda para que a Carteira de Comércio Exterior forneça as seguintes informações:

a) valor c) e valor fob, em dólares, das licenças concedidas, durante os períodos de 1º-3-66 a 31-7-66 e 1º-3-67 a 31-7-67, para importação das seguintes mercadorias: nisque, vinhos, automóveis de passageiros, frutas em conserva, bijuterias de fantasia, tecidos em geral, brinquedos, relógios, isqueiros e cigarros discriminadamente pelas mercadorias indicadas;

b) valor, em dólares, das licenças de importação concedidas, durante o período de 1º-3-67 a 31-7-67, por grupos de mercadorias, de todos os produtos que foram eliminados da antiga categoria especial de importação;

c) qual o saldo, em dólares, do balanço cambial, em 28-2-67 e 31-7-67.

**Justificação**

A nova tarifa aduaneira, editada pelo Decreto-lei nº 63, de 21-11-66, com a redução de 20% decorrente da alteração cambial efetivada em fevereiro (Decreto-Lei nº 169-67), a par da eliminação da categoria especial de importação consubstanciada pela Resolução nº 41, de 1967, do Banco Central do Brasil, constitui um sistema de profunda repercussão

no balanço cambial; e como esta alteração tarifária exprime as condições internas da evolução econômica do País, mereça ser acompanhada para melhor conhecimento dos seus efeitos no balanço comercial.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1967. — *Desiré Guarani*.

#### C SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levy*) — Item 7.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 767, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Lino de Mattos solicita a transcrição nos Anais do Senado Federal, do inteiro teor das 63 Recomendações, 8 Resoluções e 3 Moções aprovadas pelo «IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária».

A discussão do requerimento foi encerrada em sessão anterior.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado e será feita a transcrição solicitada.

E' o seguinte o requerimento aprovado:

#### REQUERIMENTO Nº 767, DE 1967

Sr. Presidente:

Considerando a transcendental importância do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária realizado em Brasília no período de 23 a 30 de julho do corrente ano, sob o patrocínio da Prefeitura do Distrito Federal, com supervisão do Chefe do Departamento de Água e Esgotos, o eminente Engenheiro Lúcio Gomide Loures, e do qual participaram mais de 700 especialistas no campo da aplicação, pesquisa e ensino de Engenharia Sanitária;

Considerando que o conclave em apreço chegou a valiosas conclusões no exame de assuntos relativos à atual situação do saneamento básico da Nação;

Considerando a necessidade de o Senado Federal prestigiar o mencionado Congresso com a divulgação oficial das conclusões a que chegaram os seus participantes;

Requeiro, na forma regimental, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do inteiro teor das 63 Recomendações, 8 Resoluções e 3 Moções aprovadas pelo IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1967. — *Lino de Mattos*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levy*) — Item 8.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 550, de 1967), da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1967, que aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada adotada pela Resolução nº 1.040, (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1957.

Sobre esse projeto há requerimento, de autoria do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, lido em sessão anterior, de adiamento da votação, a fim de que possa ser a matéria reexaminada pela Comissão de Redação.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em consequência, o projeto volta à Comissão de Redação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levy*) — Item 9:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 58, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos iniciais da carreira de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso (Fernando Estevam Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Hippert), tendo Parecer favorável sob nº 571, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão do projeto foi encerrada em sessão anterior.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. O projeto volta à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1967

Nomeia, para cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. São nomeados, de acordo com o art. 85, alínea c, nº 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Fernando Estevam Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Hippert, candidatos habilitados em concurso público.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levy*) — Item 10:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 574, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o ofício nº 260-R, de 18-5-67, do Senhor Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para prosseguimento da Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara contra o Senhor Senador Mário Martins. (Parecer no sentido de ser a matéria submetida ao Plenário em votação secreta, com ressalvas dos Srs. Senadores Antônio Carlos, Petrólio Portela e Josaphat Marinho).

Em discussão o parecer. (Pausa). Não havendo quem queira manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram conservar-se sentados.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levy*) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(*Pela ordem*) — Sr. Presidente, como relator do parecer, gostaria que V. Excelência esclarecesse à Casa que a decisão será sobre sessão secreta e votação também secreta.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Edmundo Levy*) — Como os Senhores Senadores acabaram de ouvir, a decisão que o Plenário vai tomar é sobre o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de que a matéria seja submetida ao Plenário, em votação secreta, em sessão secreta.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, peço aos Senhores Funcionários da Mesa que tomem as providências de direito.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Dinarte Mariz*) — Antes de passarmos a apreciação da matéria em sessão secreta, vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário, requerimento que se acha sobre a mesa.

E' lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 779, DE 1967

Nos termos dos art. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requeiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1967.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1967. — *Guido Mondin*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Dinarte Mariz*) — Em consequência passa-se à discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução número 58-67.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

#### Parecer Nº 585, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1967, que nomeia para cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 58, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

do com o art. 85, alínea c, nº 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Fernando Estevam Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Hippert, candidatos habilitados em concurso público.

Sala da Comissão Diretora, em 13 de setembro de 1967. — *Camillo Nogueira da Gama*. — *Gilberto Marinho*. — *Victorino Freire*. — *Catete Pinheiro*. — *Edmundo Levy*. — *Guido Mondin*.

(A sessão transforma-se em secreta às 17 horas e volta a ser pública às 17 horas e 25 minutos).

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Está reaberta a sessão pública.

Não tendo ocorrido número para deliberação sobre a matéria constante do item 10, na sessão secreta, o projeto constante do Item 1º da pauta, também sujeito a votação secreta, ficará para a Ordem do Dia da sessão de amanhã.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Esta Presidência recebeu ofício do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Ruy Aguiar Leme convidando dois membros do Senado para assistirem, na qualidade de observadores parlamentares, aos trabalhos da 22ª reunião anual da junta de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Entidades filiadas ao mesmo e ao Fundo

Monetário Internacional, no mês de setembro.

A Presidência, depois de ouvidos os líderes, fará as indicações apontadas. (Pausa).

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Recebeu esta Presidência, também, convite do Governador de Alagoas, Dr. Lamenha Filho, dirigido ao Senado para que designe representantes que assistam às solenidades comemorativas do sesquicentenário do Estado de Alagoas, a serem realizadas no dia 16 do corrente mês. A designação será feita, após ouvidos os líderes de ambos os Partidos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Esta Presidência recebeu, ontem, do Presidente da República mensagem nº 619, de 12 de setembro, encaminhando projeto de lei para tramitação na forma estabelecida pelo art. 54, § 3º da Constituição. Trata-se de projeto que dispõe sobre leilão de mercadorias realizado por repartições aduaneiras.

Para leitura do expediente e demais providências iniciais para a tramitação da matéria, convoco o Congresso Nacional para uma sessão conjunta a se realizar hoje, dia 13 de setembro, às 21.30 horas.

O SR. LINO DE MATTOS — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

(*Pela ordem* — *Sem registo do orador*) — Sr. Presidente, apresentei e foi lido no expediente, requerimento a propósito da designação de comissão de Senadores para participarem, como observadores no 22º Congresso Mundial do BIRD e do Fundo Monetário Internacional.

O meu requerimento coincide com a informação que V. Exa., ainda há instantes, transmitiu à Casa, de que o Senado recebera ofício daquelas entidades, convidando-o a designar representantes nossos como observadores.

Nestas condições, o requerimento pediu o interesse, porque fomos convidados, e V. Exa. já informou à Casa que oportunamente acertará com as lideranças a designação dos representantes.

Assim, retiro o requerimento, por ser desnecessário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Está retirado o requerimento pelo seu autor, Sr. Senador Lino de Mattos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Não há mais oradores inscritos (pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 14 de setembro de 1967 (quinta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto da Câmara nº 78, de 1967 (número 250-B-67, na Casa de origem), que revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueirinhas S. A., no Estado da Guanabara, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 551 e 552, de 1967, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Parecer nº 574, de 1967, da Comissão de



Constituição e Justiça sobre o ofício nº 260-R, de 18-5-67, do Senhor Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para prosseguimento da Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara contra o Sr. Senador Mário Martins (Parecer no sentido de ser a matéria submetida ao Plenário em votação secreta, com ressalvas dos Senhores Senadores Antônio Carlos, Petrólio Portella e Josaphat Marinho).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967 (nº 1.075-B-63 na Casa de origem), que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União, tendo Pareceres, sob ns. 544, 545 e 546, de 1967 das Comissões de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento: favorável ao projeto — 2º pronunciamento: favorável à emenda nº 1-CF. — Finanças: favorável, após a audiência do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, com emenda que oferece o nº 1-CF, com abstenção de voto do Senador Mem de Sá.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1967 (nº 341-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que menciona e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob números 580 e 581, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da

República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar, tendo Pareceres, sob ns. 582 e 583, de 1967, das Comissões: de Projetos do Executivo, favorável; de Finanças, favorável, com emenda que oferece.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1967, nº 391-B-67, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como de taxa de despachos aduaneiros, material importado pela firma "Rupturita S. A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina, tendo Parecer favorável, sob nº 584, de 1967, da Comissão de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967 (nº 392-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais, tendo Parecer, sob nº 573, de 1967, da Comissão: de Projetos do Executivo, favorável, com emenda que oferece da nº 1-CPE.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1967, de autoria do Sr. Senador Júlio Leite, que modifica o item III do artigo 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) — projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 30.8.1967 — tendo Parecer nº 569, de 1967, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do

Paulo Sarasate, Carvalho Pinto e Fernando Corrêa.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

São relatados e aprovados, por unanimidade pela Comissão, os seguintes pareceres:

Do Sr. Clodomir Millett

Contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1967, que abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — créditos suplementares de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros antigos), para atender a despesas referentes a substituições legais.

Do Sr. Aurélio Vianna

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1966, que isenta dos impostos de importação e de consumo materiais destinados à fabricação de café solúvel, a serem importados pela firma "Café Solúvel Vigor Ltda."

Do Sr. Bezerra Neto

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que menciona e dá outras providências; e

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1967, que autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá;

Do Sr. Mem de Sá

Pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1967, que altera o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União);

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar;

Do Sr. Pessoa de Queiroz

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1967, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela firma "Rupturita S. A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.

Do Sr. Oscar Passos

Pela audiência do Instituto de Previdência dos Congressistas sobre o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Aytade.

Proseguindo, o Sr. Presidente comunica que foram incluídos em pauta a fim de que a Comissão resolva de acordo com o § 2º do artigo 145 do Regimento Interno sobre a tramitação das seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 1967, que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas, em audiência ao Ministério do Trabalho e Instituto Nacional da Previdência Social;

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1966, que dispõe sobre pagamento de proventos de servidores públicos civis da União relativo a processos em curso, em audiência ao Ministério da Fazenda; e

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, que determina a aplicação da correção monetária a créditos objeto de ação judicial e dá outras providências, em audiência ao Ministério da Fazenda.

Em discussão e votação, decidiu então a Comissão de Finanças enviar os respectivos projetos aos relatores para que os mesmos se pronunciem e, se julgarem indispensáveis as informações, solicitem da Mesa Diretora do Senado providências no sentido de ser dado o tratamento previsto no artigo 13, nº 4, da Lei número 1.079, de 10 de abril de 1950, que regula os crimes de responsabilidades e regula o respectivo processo de julgamento.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1967

As dezessete horas do dia cinco de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Vice-Presidente, Antônio Carlos Mem de Sá, Petrólio Portella e José Ermirio, sob a presidência do primeiro, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo do Senado Federal.

Deixam de comparecer, com justa justificada, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Paulo Tôres, Lino de Mattos e Josaphat Marinho.

E' lida e, sem debates, aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Antônio Carlos que relata os seguintes projetos:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que menciona e dá outras providências.

— pela audiência ao Ministério das Relações Exteriores sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NC\$ 521.700.000, para regularização da despesa que especifica;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar;

Em discussão e votação são os pareceres aprovados.

A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador José Ermirio, que relata favoravelmente, com uma emenda de redação, o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967, que dispõe sobre a concessão de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais.

Sem discussão é o parecer aprovado pela Comissão.

Após passar a presidência da Comissão ao Senhor Senador José Ermirio, o Senhor Senador Carlos Lindenberg relata favoravelmente o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1967, que revoga as Leis ns. 3.739, de 4 de abril de 1960, e 3.039, de 20 de junho de 1966, que autorizam o Poder Executivo a doar imóvel a Prefeitura Municipal de Corumbá — Estado de Mato Grosso.

Em discussão e votação é o projeto rumbá — Estado de Mato Grosso, aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL ATOS DO 1º SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 58, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar, a pedido do Gabinete do Líder da Minoria, o Auxiliar de Limpeza, PL-11, Aroldo Lacerda Guimarães, determinando o cancelamento dos elogios daquela Liderança, pelos bons serviços prestados.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de setembro de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Noura Andrade) — Está encerrada a sessão.

PORTARIA Nº 59, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar, a pedido, das funções que vinha exercendo no Gabinete do Presidente da Comissão de Finanças, Antônio da Costa Bernardi, determinando conste de seus assentamentos os elogios formulados pelo Titular da referida Comissão.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de setembro de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 60, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51,

letra "j", nº 2 do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Aroldo Lacerda Guimarães para exercer a função de Continuo do Gabinete do Presidente da Comissão de Finanças.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de setembro de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 61, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar, a pedido, do Gabinete do Líder da Minoria, o Auxiliar Legislativo, PL-9, Francisco José Noleto Neto.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de setembro de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 113, DE 11 DE SETEMBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Francisco José Noleto Neto, Auxiliar Legislativo, PL-9, para ter exercício na Diretoria do Arquivo.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de setembro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.)

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE FINANÇAS

23ª REUNIÃO, REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 1967

As dez horas do dia 6 de setembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo,

presentes os Srs. Mem de Sá, Leandro Maciel, Clodomir Millett, Pessoa de Queiroz, Bezerra Neto, Oscar Passos, Aurélio Vianna e Petrólio Portella, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. João Cleofas, José Leite, Manoel Villaga, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco,

## MESA

Presidentes — Moura Andrade — (ARENA — SP)  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)  
 2º Vice-Presidente — Gilberto Mafre — (ARENA — GB)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)  
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)  
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)  
 4º Suplente — Raul Glubert — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

## DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Adalberto Senna — (ACRE)

Manoel Vilça — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

Lino de Mattos — (SP)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleophas  
 Teotônio Vilela  
 Júlio Leite

Attilio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermirio  
 Mário Martins  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna  
 Pedro Ludovico

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## SUPLENTE

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrólio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Rui Palmeira

Vasconcelos Torres  
 Daniel Krieger  
 Benedito Valladares  
 Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Menezes Pimentel  
 Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch  
 Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.  
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Lobão da Silveira  
 Petrólio Portela  
 Eurico Rezende  
 Attilio Fontana

Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Arnon de Melo  
 José Leite  
 Mello Braga

## MDB

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: Alexandre Mello.  
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Sena  
 Lino de Mattos

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mario Martins

## ARENA

## SUPLENTE

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Jullio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domício Gondim  
 Leandro Maciel

Jose Leite  
 João Cleophas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres

## MDB

Mario Martins  
 Pedro Ludovico  
 Lino de Mattos

Jose Ermirio  
 Josaphat Marinho  
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrólio Portela

## MDB

Adalberto Sena  
 Lino de Mattos

Antônio Balbino  
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## SUPLENTE

João Cleophas  
 Mem de Sá  
 José Leite  
 Leandro Maciel  
 Manoel Vilça  
 Clodomir Milet  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco  
 Paulo Sarasate  
 Carvalho Pinto  
 Fernando Corrêa

Antônio Carlos  
 José Guilomard  
 Daniel Krieger  
 Petrólio Portela  
 Attilio Fontana  
 Júlio Leite  
 Mello Braga  
 Carlos Lindenberg  
 Celso Ramos  
 Teotônio Vilela  
 Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
 José Ermirio  
 Lino de Mattos  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## SUPLENTE

Ney Braga  
 Attilio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domício Gondim  
 João Cleophas

Júlio Leite  
 José Cândido  
 Rui Palmeira  
 Arnon de Melo  
 Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
 José Ermirio  
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Pessoa de Queiroz  
 Pedro Ludovico

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

José Guilomard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgílio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guilomard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

**M D B**

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

**M D B**

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(8 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

**M D B**

José Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Teotônio Villela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guilomard  
Bezerra Neto

**M D B**

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 18 horas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**A R E N A**

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnob de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guilomard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**M D B**

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

**M D B**

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**

Paulo Torres  
José Guilomard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Mário Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

**M D B**

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Torres  
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos  
Aarão SteinbruchArthur Virgílio  
Adalberto Sena  
Secretário J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard  
Petronio Portela  
Domicio Gondin  
Carlos Lindenberg**M D B**

Arthur Virgílio

Lino de Mattos

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guilomard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Muller  
Sigefredo Pacheco**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.